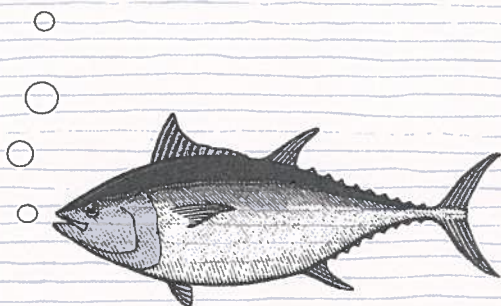
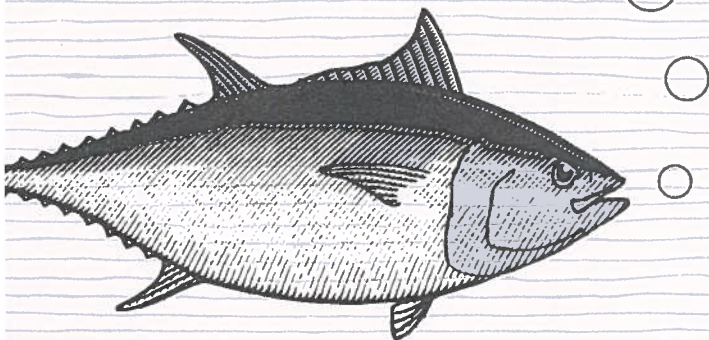
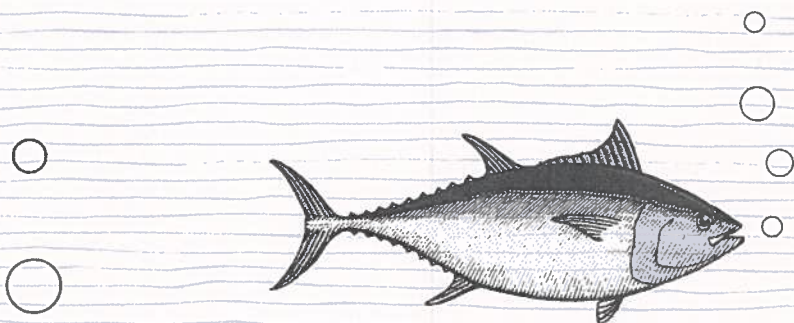
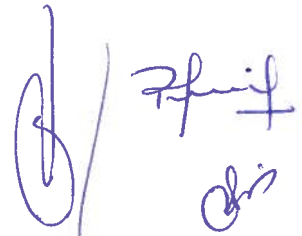


# **RELATÓRIO E CONTAS 2019**



  
**Santa  
Catarina**  
S. Jorge • Açores

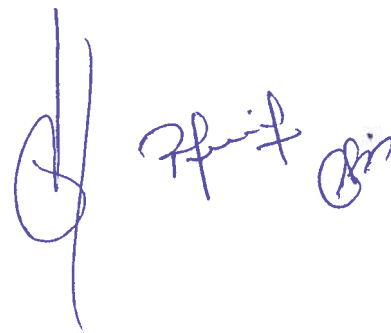


1.	Introdução	3
2.	Enquadramento Macroeconómico	5
2.1.	Análise Conjuntura	6
3.	A Empresa	7
3.1.	Informações Gerais	8
3.2.	Organograma	10
3.3.	Atividade	11
3.4.	Investimentos	19
3.5.	Recursos Humanos	19
3.6.	Evolução da Gestão	24
3.7.	Evolução Previsível da Sociedade	27
4.	Análise Económica e Financeira	28
4.1.	Análise do Balanço	29
4.1.1.	Ativo	29
4.1.2.	Capital Próprio e Passivo	30
4.2.	Análise da Demonstração de Resultados	32
4.2.1.	Gastos e Perdas	33
4.2.2.	Rendimentos e Ganhos	39
4.2.3.	Resultados	43
4.2.4.	Indicadores Financeiros	44
4.3.	Proposta de Aplicação de Resultados	44
5.	Agradecimentos	45
6.	Demonstrações Financeiras	47
6.1.	Balanço	48
6.2.	Demonstração dos Resultados por Natureza	49
6.3.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio	50
6.4.	Demonstração de Fluxos de Caixa	51
7.	Anexo às Demonstrações Financeiras	52
8.	Órgãos Sociais	84
8.1.	Composição e Mandatos	85
8.2.	Remunerações	85
8.3.	Curriculum Vitae	86
9.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	94
10.	Certificação Legal das Contas	97

Handwritten signature: *Alf*

# 1. INTRODUÇÃO





Ex.mos representantes da acionista,

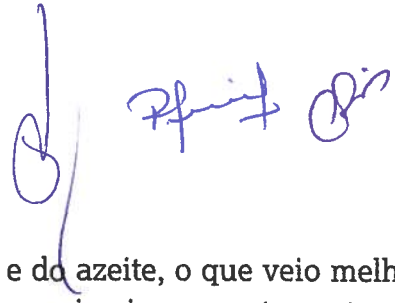
Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º e nos termos do artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, dos Estatutos e demais legislação comercial, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação Anual de Contas de Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A., referentes ao exercício de 2019.

Handwritten signature and initials in the top right corner.



2.

# **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**



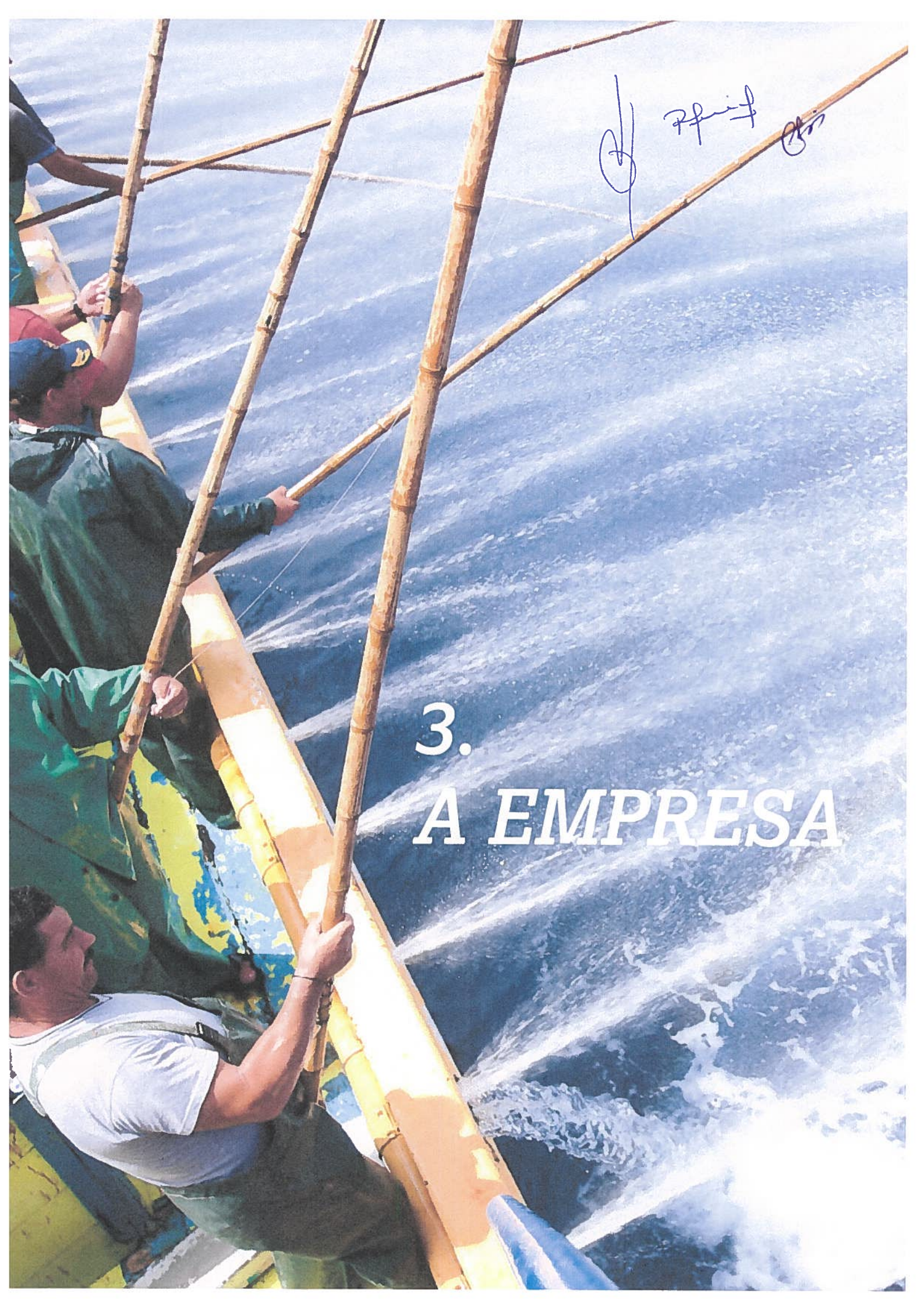
## 2.1 ANÁLISE DA CONJUNTURA

O ano de 2019 foi marcado pela descida da cotação do pescado e do azeite, o que veio melhorar a eficiência económica do sector conserveiro do atum. Contudo, no primeiro semestre, este efeito não teve resultados práticos na Santa Catarina, pois esta esteve a laborar exclusivamente pescado da safra regional de 2018. No segundo semestre existiu um equilíbrio entre pescado regional e importado, o que veio permitir a recuperação da produção e consequentemente a melhoria do desempenho económico. Para esta empresa, e face ao mix de marcas e produtos, é importante manter um equilíbrio entre o abastecimento de matéria prima regional, pescado de salto e vara, e o atum importado de origem comunitária com calibre elevado para aumentar a produtividade e poder abastecer algumas referências e marcas economicamente mais agressivas.

Contamos continuar com uma política de preço dos contratos de abastecimento direto à indústria em linha com os valores descarregados pelos barcos no mercado internacional, e assim contar com a produção a ajustar-se ao mercado e permitir que a indústria recupere esta situação que condicionou os resultados de 2019, pois a existência de pescado nos mares dos Açores e Madeira deve ser um fator diferenciador e uma mais valia para a indústria açoriana e para a afirmação das nossas conservas no mercado internacional.

Produzir conservas nos Açores implica suportar um custo superior ao do continente em aproximadamente 500,00€/t. Logo, os fatores de competitividade criados pela RAA terão de anular esta situação, sob pena de no futuro perdermos um cluster que movimenta alguns milhões, gera muitas exportações e postos de trabalho, tal como aconteceu na Madeira. Os apoios comunitários criados para as RUP's, vulgarmente designados por "POSEI-PESCAS", asseguram à indústria regional apoios de 48,00€/t para o atum de origem regional (a que se somam apoios de 192,00€/t pagos aos armadores açorianos que entregam o atum à indústria regional) e 240,00€/t para o atum de outras origens comunitárias. Assim, o apoio atual do POSEI-PESCAS não anula, por si só, os fatores que afetam negativamente a competitividade da indústria regional, sendo necessários instrumentos adicionais de apoio. Neste contexto, a proposta de alteração ao "POSEI-PESCAS" recentemente submetida pelo Governo Regional à apreciação da Comissão Europeia, a ser aprovada, permitirá aumentar os apoios comunitários e regionais à indústria conserveira regional dando um importante contributo para a respetiva competitividade no mercado global.

Outro fator que irá condicionar a indústria nos próximos tempos nos Açores será a oferta de trabalho nas ilhas, face a uma procura cada vez maior por parte de outros sectores emergentes, que estão a absorver grande parte da mão-de-obra feminina que estava afeta a esta indústria. Os últimos meses do ano de 2019 já foram condicionados em termos de produção por quebras na oferta de trabalho na Santa Catarina, sobretudo trabalho na área da limpeza do pescado. Também devemos referir que a indústria regional compete com a indústria europeia, e que os custos do ordenado mínimo nos Açores são superiores em 5% aos das nossas concorrentes nacionais.



3.  
*A EMPRESA*

### **3.1 INFORMAÇÕES GERAIS**

Santa Catarina - Indústria Conserveira S.A., com sede na Rua do Roque, n.º 9, 9850-079 Calheta São Jorge, Açores, com número de contribuinte 512044899 e com um capital social de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), tem como acionista único a Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que detém 100% do capital social.

O Conselho de Administração que se encontra em funções para o triénio 2016/2018, é composto pelos seguintes elementos:

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros  
Administrador Executivo  
Presidente do Conselho de Administração

Roberto Nuno Raposo Ferreira  
Administrador Executivo  
Vogal do Conselho de Administração

Cíntia Ricardo Reis Machado  
Administrador Não Executivo  
Vogal do Conselho de Administração

A sociedade tem por objeto social principal a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciando ou não matéria-prima para a sua atividade.

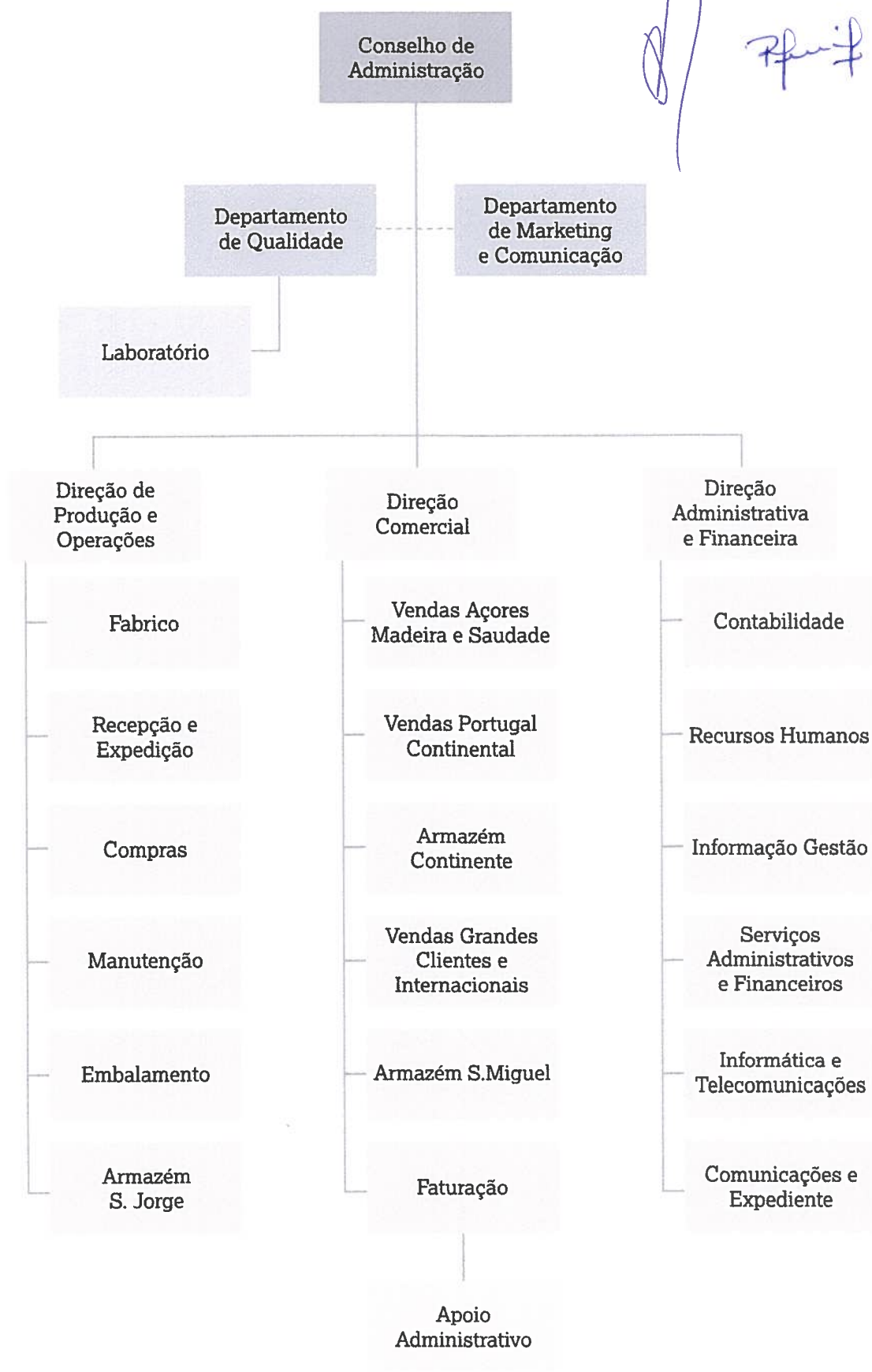
A empresa tem como missão: produzir conservas de atum com um firme compromisso com a qualidade, com a certeza de estar a trabalhar em prol da sustentabilidade e da valorização dos recursos locais, de forma socialmente responsável.

Toda a sua atividade baseia-se nos valores da Qualidade, Sustentabilidade e Responsabilidade Social.



<b>Designação</b>	Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.
<b>Objeto Social</b>	<p>Conservação segundo os padrões legalmente estabelecidos de produtos diversos, desde pescado a produtos agrícolas e frutícolas próprios da ilha e da região; aquisição, importação e exportação dos produtos frescos ou congelados consubstanciando na matéria-prima da atividade industrial ou orientado a fim diverso, comissões e consignações, a comparticipação, aquisição ou afretamento das embarcações de qualquer espécie, bem como sua exploração lucrativa, a embalagem e comercialização de produtos próprios ou de terceiros, a criação de novos mercados e áreas de comercialização, podendo nelas estabelecer agências de representação ou armazenamento, a armazenagem à consignação de produtos agrícolas e industriais para posterior comercialização rentabilizada, o transporte e depósito como intermediário de mercadorias consignadas a outrem por conta de terceiros, o exercício de atividades comerciais ou de fim não lucrativo que diretamente se correlacionem com o objeto social, que dignifiquem a imagem da firma servindo de veículo publicitário da atividade exercida e da ilha ou região onde se encontra implantada.</p>
<b>Capital Social</b>	50.000,00€
<b>NIF</b>	512044899
<b>C.A.E.</b>	10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
<b>Estrutura Acionista</b>	100% Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA
<b>Sede</b>	Rua do Roque, 9   9850-079 Calheta, Ilha de S. Jorge (Açores)
<b>Contactos</b>	<p>Tel.: 295 416 220   Fax: 295 416 814  E-mail: geral@atumsantacatarina.com  Site: www.atumsantacatarina.com  Facebook: <a href="http://facebook.com/ConservasSantaCatarina">http://facebook.com/ConservasSantaCatarina</a></p>

## 3.2 ORGANOGRAMA



### 3.3 ATIVIDADE

A empresa está a melhorar o seu desempenho económico, sem dúvida, 2019 ficará registado como o primeiro ano em que se atingiu o equilíbrio económico, com EBITDA positivo. Estes números deixam a administração e os seus trabalhadores mais otimistas e motivados para dar continuidade a um trabalho que é essencial para sustentar o futuro desta indústria na ilha de São Jorge e servir de referência a uma indústria fundamental para as exportações dos Açores.

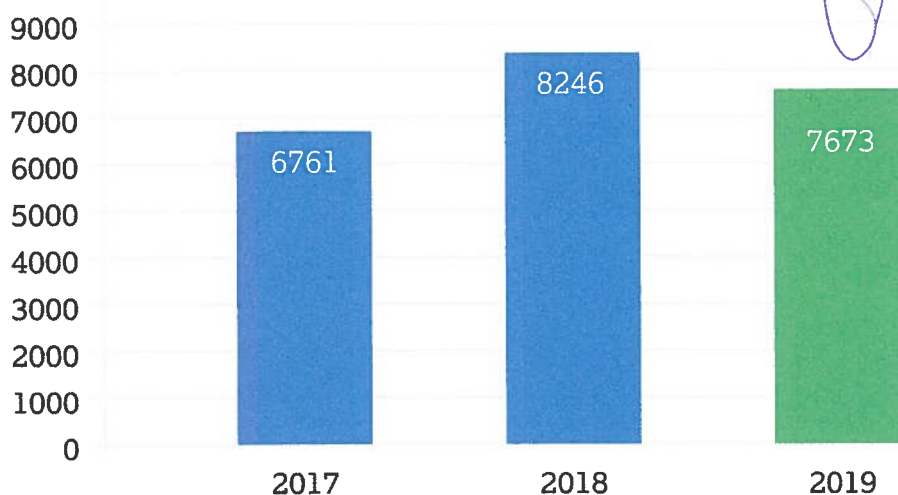
O ano de 2019 ficará também marcado pela diminuição da dependência que esta empresa tinha comercialmente de um só cliente, para o qual vendia a quase totalidade do seu filete a um preço economicamente menos vantajoso. Logo, este fator foi decisivo para a melhoria do resultado económico, mas é também um risco, pois diversificar mercados e conquistar novos clientes é uma tarefa difícil que requer tempo e investimento. Contudo, este era um objetivo da nossa política comercial e estava nas nossas ambições, pois era fundamental para melhorar a exploração económica da empresa. Assim, em 2019 tivemos este impacto negativo nas nossas vendas. Em 2020 continuaremos a trabalhar para substituir a totalidade destas vendas por outras com maior margem.

Muito ainda há para fazer, nomeadamente no aumento da capacidade de negociação nas compras e nas vendas, bem como na modernização da estrutura produtiva, que carece de atualização, pois estamos a falar de uma fábrica planeada para 5 ton/dia, nos finais da década de 90, onde muitas operações ainda se fazem com excesso de intervenção humana. A mecanização para libertar mão-de-obra, para outras atividades, contribuirá para o aumento da produtividade por trabalhador e da eficiência produtiva geral desta unidade fabril. O investimento torna-se ainda mais urgente quando falamos da melhoria da eficiência energética desta unidade. A rede de frio também carece de melhor eficiência. A cobertura não possui isolamento térmico, causando desperdício de energia e diminuindo as condições de trabalho e produtividade. Os investimentos em novas linhas mais eficientes e equipamentos, como mesa de limpeza de pescado, e introdução de máquinas de apoio no armazém são essenciais para viabilizar a empresa, tal como, a substituição de alguns equipamentos que estão no fim do seu período de vida útil.

No ano de 2019 a Santa Catarina, através do seu número de controle veterinário PT-C-213 1P CE, alcançou a certificação IFS Food Version 6.1, com high Level 97,36% de classificação. Esta certificação, na indústria alimentar, é o mais alto referencial de qualidade internacional, e para uma fábrica sediada numa pequena ilha representou, nos últimos anos, uma evolução muito grande em termos de qualidade, mas também de envolvimento dos seus quadros e trabalhadores que estão de parabéns. Esta classificação, a par da melhoria da produtividade e resultados, é a resposta por parte dos trabalhadores, de que foi positivo para a RAA investir e manter uma indústria na ilha de São Jorge que pode orgulhar todos os açorianos.

O ano de 2019 foi um bom ano para a consolidação da empresa, logo, contamos em 2020 dar continuidade a este trabalho e continuar a o trajeto de melhoria da empresa.

Volume de negócios (M€) 2017/2019



## ***Evolução das vendas de conservas em 2019***

O volume de negócios da empresa atingiu os 7.673 milhões de euros em 2019, Menos 6,95% que no ano anterior.

A diminuição deveu-se, acima de tudo, a dois fatores muito concretos: Por um lado, reduzimos muito o fornecimento de conserva a um grande cliente, com quem mantínhamos uma parceria comercial há muitos anos, porque aumentou muito a sua capacidade de produção de conserva, reduzindo a necessidade de compra a fornecedores externos. Embora esta redução tenha sido abrupta e causado problemas de stock e de tesouraria em 2019, vai permitir passar a satisfazer outros clientes, noutras mercados, nomeadamente o Português, que tem vindo a apreciar cada vez as conservas Açorianas, que até aqui não compravam o nosso filete porque não tínhamos quantidade suficiente para fornecer. Tendencialmente o preço de venda daquele produto irá aumentar porque a dependência que tínhamos daquele grande cliente, obrigava-nos a praticar margens muito reduzidas, e ainda a suportar custos de transporte mais elevados e comissões a intermediários.

Por outro lado, e de forma estratégica, tentamos fazer transitar vendas de grandes operadores da distribuição no mercado nacional, para outros clientes que fazem menor pressão em termos de preço, campanhas promocionais e descontos.

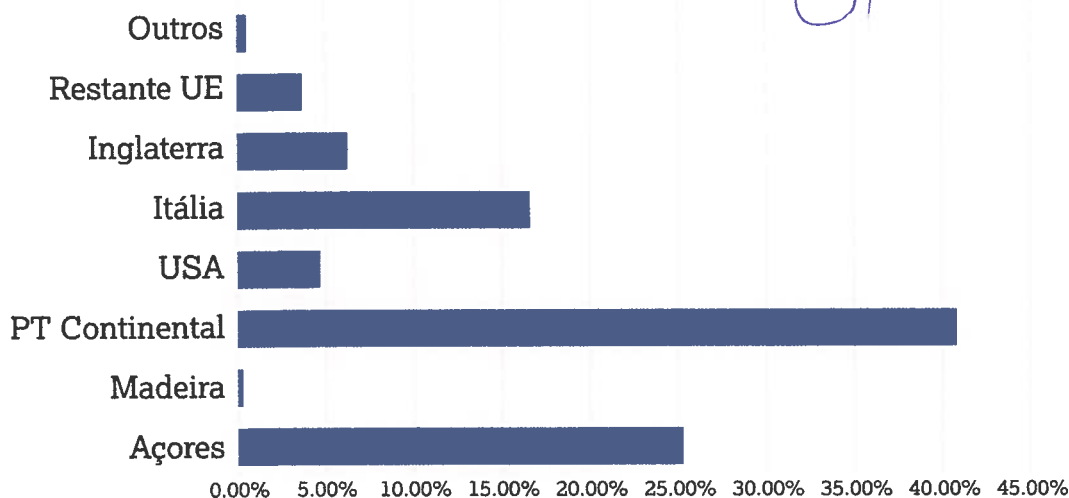
Estas alterações tiveram como consequência a redução das vendas, uma vez que o grande volume de conservas que era consumido não foi absorvido, de imediato, por outros clientes e mercados. Esta transição é feita de forma gradual e mais lenta do que gostaríamos, mas permitirá faturar mais, mesmo vendendo menos, o que já se começou a sentir mesmo este ano.

Para os próximos anos prevemos voltar ao crescimento em quantidade e em valor, sendo que este dependerá também da capacidade de crescimento em termos de produção que está condicionada a dois fatores: oferta de mão de obra e investimentos para melhoria da produtividade por trabalhador.

As nossas marcas estão cada vez mais presentes em mercados estrangeiros, este ano com incrementos no Canadá, Alemanha, Bélgica, Grécia, Macau e Japão, têm presença constante e regular nas principais superfícies comerciais de retalho do país, e também em novas cadeias de distribuição em Inglaterra e EUA. No mercado Açoriano consolidamos a nossa posição e somos hoje uma referência para o consumidor Açoriano.

Prevedemos que a nossa presença no mercado nacional irá continuar a melhorar, face ao investimento que fizemos e continuamos a fazer parcerias com a grande distribuição, onde estamos a cimentar relações de confiança e de interdependência saudáveis e rentáveis para ambas as partes.

## Vendas de conserva por mercados 2019



As vendas para países externos representaram 32% do total, em linha com a média do sector. Em 2019 as vendas para o mercado nacional continuam a manter a maior percentagem, com cerca de 42% das vendas totais de conservas.

As vendas para o mercado Italiano diminuíram 42% face ao ano anterior devido O ano de 2019 ficará também marcado pela diminuição da dependência que esta empresa tinha comercialmente de um só cliente, para o qual vendia a quase totalidade do seu filete a um preço economicamente menos vantajoso.

Em termos relativos, o maior crescimento de vendas deu-se no mercado da Madeira, com um aumento de 81%, seguido de outros países da EU que não Itália e Inglaterra, com um aumento de 34%. Este aumento deveu-se a algumas parcerias feitas com operadores da distribuição destes países que começam aos poucos a dar frutos.

O mercado dos EUA continuará a crescer, pois além do tradicional mercado da saúde, para onde produzimos a nossa e outras marcas com alguma tradição de mercado, temos reforçado a nossa presença, de forma mais sólida, numa cadeia de supermercados, para o consumidor em geral, saindo assim, fora do ciclo tradicional do cliente da saúde.

Continuamos a ter presença em diferentes países, um pouco por toda a Europa e até por outras partes do globo. Em alguns países as parcerias que estamos a construir trarão em breve novas oportunidades de negócio, contudo, a internacionalização não se faz no curto prazo e as relações de confiança duradouras são de construção lenta e bem alicersada em trabalho diário e confiança mútua.

O mercado Açoriano continua a crescer, este ano 5% face ao ano anterior, e representa já 25,34% das vendas totais, com presença em pontos de venda em todas as ilhas.

Quanto ao mercado de Portugal Continental, que mantém a maior fatia do volume de vendas, representou cerca de 41,98%.

*[Handwritten signature and initials]*

## Vendas de conservas por marcas

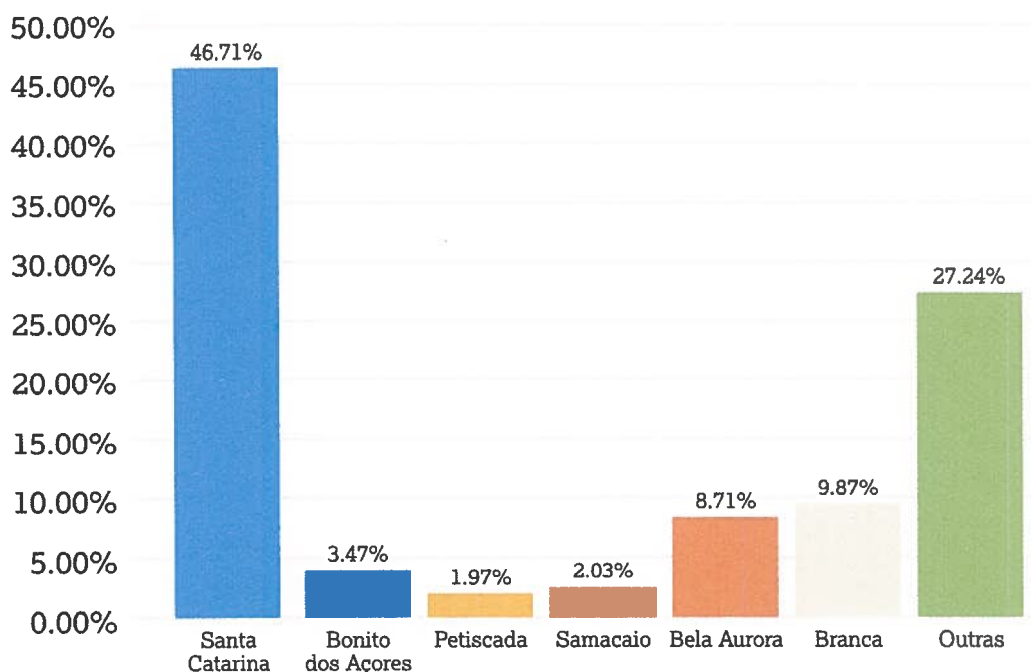
Em 2019, as marcas registadas e propriedade da Santa Catarina representaram 63% das vendas totais, divididas por Santa Catarina, Bonito dos Açores, Petiscada, Samacaio e Bela Aurora.

As vendas da marca Santa Catarina representam já cerca de 47% das vendas totais, e 74% do total de vendas das marcas próprias da empresa.

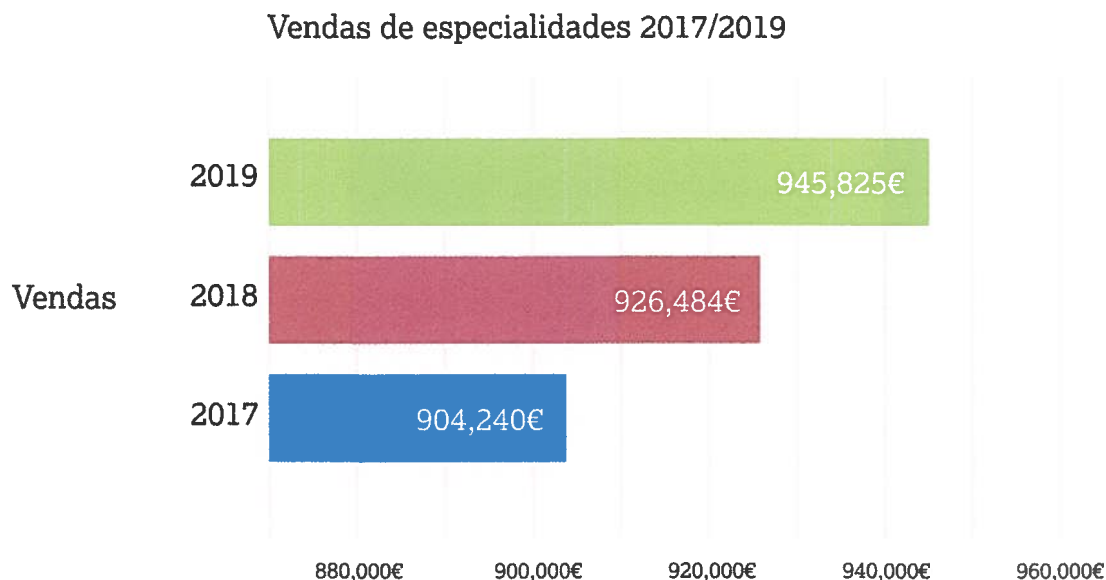
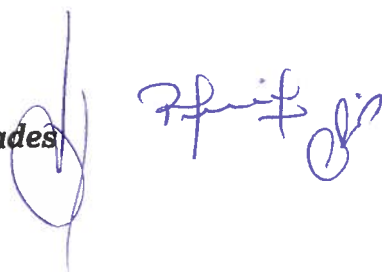
A maior quebra de vendas em Portugal Continental, em grande parte responsável pela diminuição de 12% das vendas neste mercado, registou-se na marca Bela Aurora devido a alterações no cardex das lojas de um grande cliente, e porque, de forma gradual e estratégica, pretende-se reduzir a dependência de clientes que compram muito, mas a baixo preço, por clientes que, embora comprando menos, permitem-nos obter uma maior rentabilidade.

Em lata branca e com marcas próprias, a empresa vendeu 37% do volume total; o peso das marcas brancas está a diminuir, o que se traduz na afirmação e valorização das nossas marcas e das marcas de clientes que confiam em nós para produzirem as suas conservas.

Vendas de conserva por marcas 2019

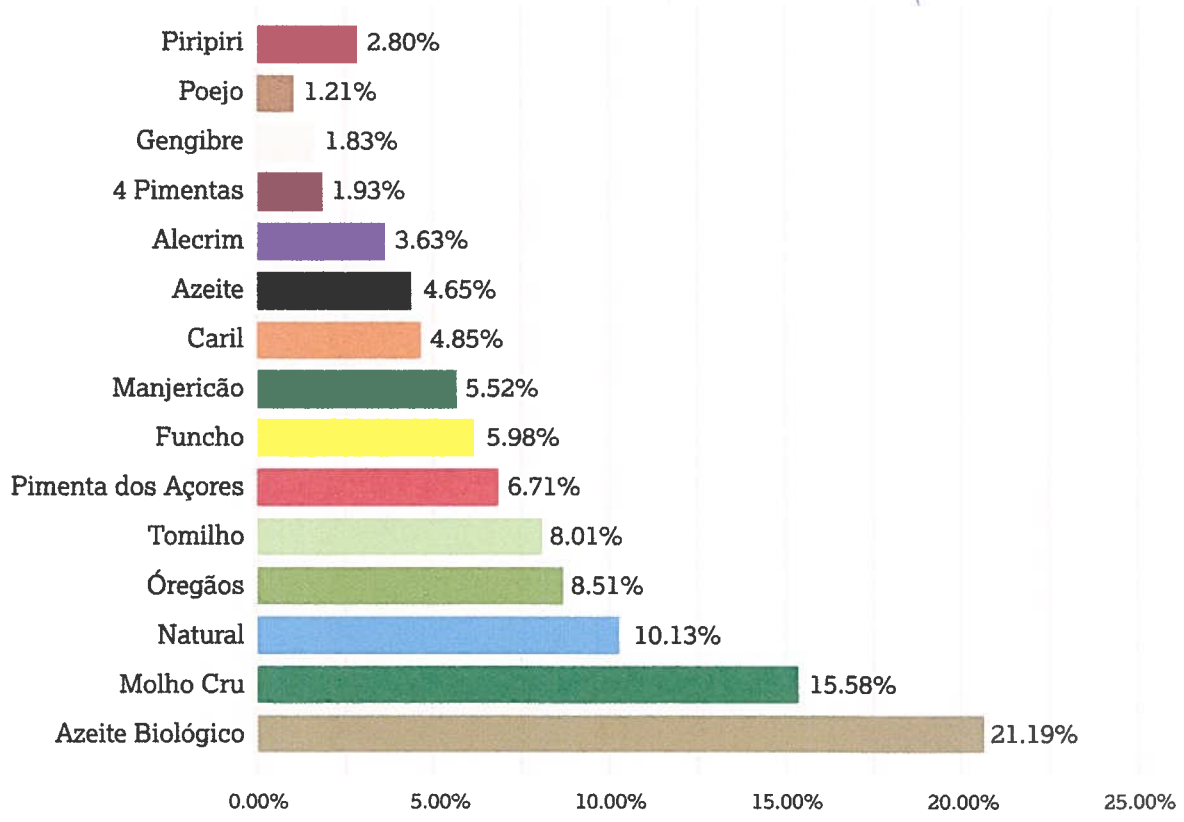


## Evolução de vendas da linha de especialidades

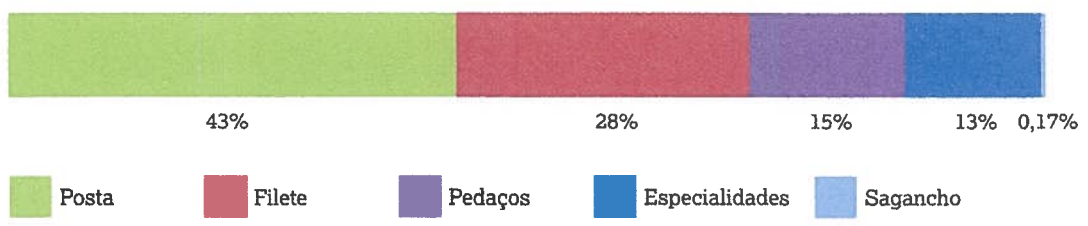


O volume de vendas da linha de especialidades Santa Catarina teve um aumento de 2% face ao ano anterior e representaram, em 2019, 13% do volume de faturação total. As vendas desta linha têm crescido de forma consistente desde que foi lançada e tornaram-se na imagem de referência da Santa Catarina e um produto âncora para as nossas conservas. O lançamento desta gama foi uma aposta ganha sobretudo porque se trata do produto de maior valor acrescentado para a empresa.

Vendas de especialidades por referência 2019



Vendas de conservas por corte 2019





*[Handwritten signatures]*

Em termos de valor, em 2019 o corte “Posta” representa a maior fatia do volume de vendas (39%). Os filetes viram o seu peso percentual reduzido em 4% relativamente a 2019, representando este ano 28% do total do volume de vendas de conservas, que decresceu 11% em relação ao ano anterior. As vendas de especialidades aumentaram 2%, relativamente ao volume do ano anterior, representando agora 13% das vendas da empresa. O peso relativo das vendas de pedacinhos baixou para os 15% e, excluindo o sanganho, teve a maior redução nas vendas, na ordem dos 25%, face ao ano de 2018.

A Santa Catarina precisa de continuar a investir na valorização e afirmação das suas postas, pois os restantes cortes estão, de certa forma, equilibrados entre a oferta e a procura. Como precisamos de crescer em volume de negócios e laboração, para atingir o equilíbrio da nossa exploração, precisamos de melhorar a capacidade de escoamento das nossas postas, corte onde a Santa Catarina, por razões óbvias, é menos competitiva que as demais concorrentes continentais e espanholas. A nossa estratégia passa por começar a vender mais posta em novos mercados, criando um equilíbrio maior entre exportação de especialidades/filete e postas. Para isso, estamos já trabalhar novos produtos e novos canais de distribuição para os mercados da América do Norte e América Central, bem como, para o mercado Europeu.

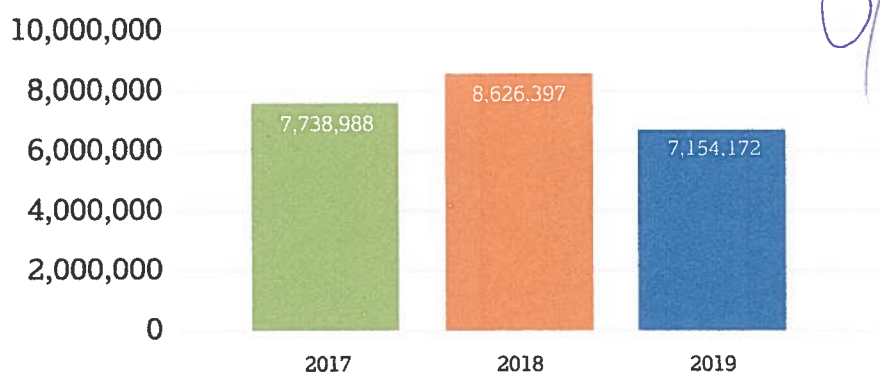
Vendas de conservas por tipo de molho 2019



Em 2019, o volume de vendas de conservas em azeite aumentou 16,63%, e a sua percentagem de vendas do total situou-se nos 51,9%. Em água e em azeite biológico, as vendas de conservas diminuíram 31%, representando, em 2019, 20,5% das vendas totais. Em contrapartida, as conservas em óleo passaram a representar menos 1,5% do volume percentual das vendas em 2019, ou seja, 26,8%, em comparação com os 28,3% de 2018.

A nossa estratégia passa por aumentar o peso dos formatos grandes nas vendas, pois permitem maior escoamento de produto em menos latas, e porque são as referências com menor pressão de concorrência no mercado nacional onde o ¼ club é campeão de vendas e logo, a concorrência é muito maior, praticam preços mais baixos e possuem uma capacidade de oferta em grande escala.

## Venda de conservas em quantidade 2017/2019



Em 2019, foram vendidas, em diferentes formatos, cortes, molhos e marcas, 7.154.172 latas de conserva, 17% a menos que os 8,6 milhões de latas de conserva vendidas em 2018.

De 2018 para 2019 constatamos uma diminuição de 17% no número de latas vendidas. Todavia, o volume de vendas de conservas diminuiu 6,95%, o que significa que a Santa Catarina vendeu menos, mas vendeu melhor, conseguindo aumentar o valor das suas conservas, que é o que se pretende com a diminuição da exposição a grandes clientes que compram muito, mas barato.

## Consumos

### Consumo de peixe (ton) 2017/2019



### Consumo de molhos (ton) 2017/2019



A fábrica teve um aumento de 11% do peixe laborado em relação a 2018.

Em 2019 houve uma ligeira diminuição do rendimento médio da limpeza, na ordem dos 0,8%, fixando-se em 37,9%, o que se explica pela pequena dimensão do pescado laborado. Em relação aos molhos, o consumo de azeite subiu cerca de 13% e o consumo de óleo 4%. O consumo de azeite biológico, também aumentou 38%.

### 3.4 INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2019 continuamos os investimentos na manutenção e certificação da nossa unidade industrial e atingimos o referencial de qualidade IFS Food Version 6.1, com high Level 97,36%. Esta certificação implica o permanente investimento na fábrica em manutenção e melhoria das condições de trabalho. Uma fábrica que não investe na melhoria/atualização da sua maquinaria e na eficiência do seu processo produtivo tende rapidamente a desatualizar-se e a ficar fora de mercado, em termos de competitividade. Assim é em pequenos investimentos na manutenção permanente dos edifícios ou em grandes reparações de máquinas das linhas de enlatamento e cravação. De realçar que esta fábrica estava sem qualquer investimento há largos anos, o que condiciona o desempenho económico da empresa. Em 2019 fizemos substituição dos controladores dos cozedores, por terem chegado ao fim do seu período de vida útil, e ser um equipamento essencial para manter o controle da cozedura e um rendimento melhor, bem como, a qualidade do produto final. Também fizemos investimentos no armazém, com aquisição de duas máquinas: uma para plastificar paletes e outra para rotular frascos, além de grandes reparações em outras máquinas que estão no seu fim de vida útil.

Presentemente a fábrica precisa de investimentos mais elevados na melhoria da sua produtividade, de melhores condições de laboração e de fluxo de produção.

### 3.5 RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores com vínculo à empresa, no final de dezembro de 2019, era de 132 e distribuíam-se da seguinte forma:

<b>Conselho de Administração (Executivos)</b>	<b>2</b>
<b>Departamento Administrativo/Financeiro</b>	<b>6</b>
Serviços Administrativos	5
Controlo Gestão	1
<b>Departamento Comercial/Marketing/ Qualidade</b>	<b>8</b>
Comercial	4
Marketing	1
Qualidade	3
<b>Departamento Produção</b>	<b>116</b>
Gestão/controlo Produção	6
Bosque	5
Fabrico	78
Embalamento e Armazenagem	13
Higiene e Limpeza	5
Manutenção	3
Custos comuns à Produção	6
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>

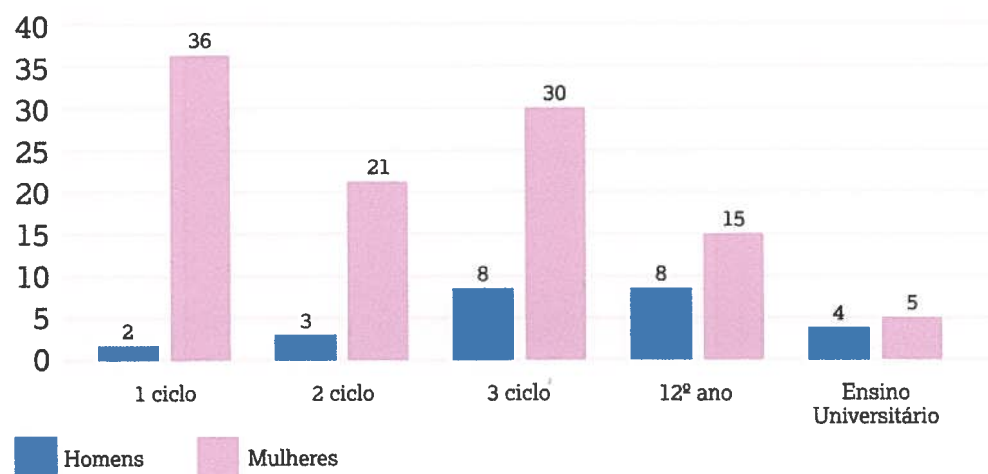
Em relação ao tipo de contrato repartem-se por:

### Tipos de contratos 2019



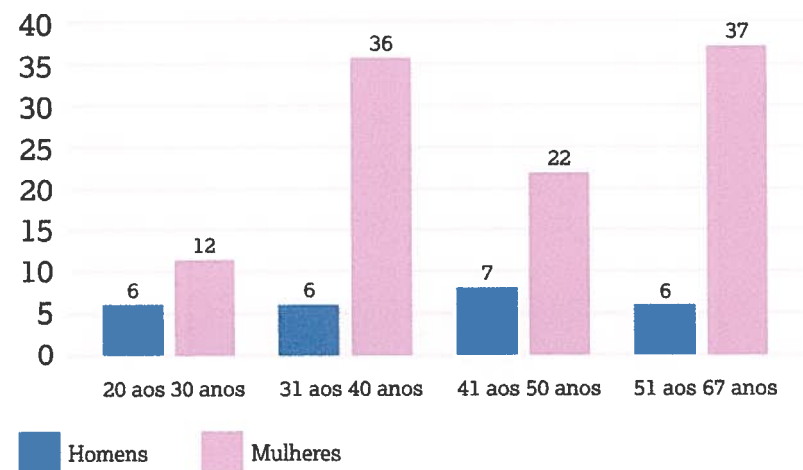
Os níveis de habilitações literárias dos colaboradores repartiam-se da seguinte forma:

### Grau de Escolaridade 2019



A estrutura etária é a seguinte:

### Colaboradores por faixa etária 2019



Durante o ano de 2019 foram administradas cerca de 787 horas de formação em 21 ações de formação, interna e externa, em várias temáticas, com predominância nas relacionadas com Higiene e Segurança no trabalho, com o objetivo de manter a qualidade e exigência dos elevados padrões de certificação e para obtenção da certificação IFS Food, no seguimento do plano que se segue:

Problemas ou situações atuais ou previsíveis que podem ser ultrapassados com a Formação	Colaboradores a envolver na Formação			Ações de Formação para atingir os resultados esperados	Período do ano recomendável para a realização da Ação de Formação
	Funções	Nº Pessoas	Nº Horas		
Boas Práticas de Fabricação: Noções Básicas de Higiene e Manipulação em Produtos Alimentares e Higiene Pessoal.	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB.
Higiene e Segurança no Trabalho Noções Gerais de H&ST transversais a toda a unidade fabril.	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	4	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção/Safra de Verão. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB
Higienização das Instalações: Como efetuar a higienização da fábrica no seu geral, incluindo a higienização de máquinas, equipamentos e utensílios. Garantir o cumprimento do plano de higiene.	Equipa de Limpeza; Encarregado de Área	5	8	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com o Plano de Produção. A acordar com o responsável de Produção: PP Formadores: Marlene B./ MJB
Plano de Formação e Integração de Novos Funcionários	Todos os novos Funcionários	Todos os novos funcionários	8	Formação em sala e Monitorização de Ações de Melhoria "hands on job"	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Manobrador de Empilhador	Todos os novos Funcionários de Armazém que conduzam Empilhadores	4	16	Formação realizada por Entidade Formadora Externa.	De acordo com a entrada de novos funcionários. Formador: Empresa Certificada para o efeito (ver logs de RH)
Controlo Metrológico e Calibrações	Responsáveis da Produção e CQ	6	2	Formação Interna.	De acordo com a legislação em vigor. Formadores: Marlene B./ MJB.

Formação Monitorização de Histamina: controlo do PCC Histamina.	Responsáveis da Produção e CQ	6	8	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação Quebra de Vidros na Produção: controlo do PCC vidros partidos na zona de enchimento.	Operários Responsáveis pelo enchimento de frascos de vidro, responsável de linha, Responsáveis da Produção e CQ	15	8	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Cravação: controlo do PCC Cravação.	Operários Responsáveis pela cravação, Responsáveis da Produção e CQ	10	8	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Esterilização: controlo do PCC Esterilização.	Limpeza e desinfeção; Operário Responsável pela esterilização, Responsáveis da Produção e CQ	10	8	Formação interna Teórica e "On Job".	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação de Fogueiro Condução de caldeiras e geradores a vapor	Departamento de manutenção	3	16	Formação realizada por Entidade Formadora Externa.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa Certificada para o efeito
Formação Gestão de Alérgenos: Sensibilização dos funcionários para a sua importância na segurança alimentar	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	120	1	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	De acordo com a legislação em vigor. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação em Primeiros Socorros aplicação das medidas de Primeiros socorros	Funcionários da "sala dos molhos", cravação, esterilização, Responsáveis da Produção e CQ.	15	2	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina. *Será realizada 1 hora de formação no 1º semestre - Teórico + 1 hora de formação no 2º semestre - prática e com prova oral.	De acordo com a legislação em vigor. Formadores: Marlene B./ MJB.
Formação em Primeiros Socorros aplicação das medidas de Primeiros socorros	Funcionários dos vários departamentos.	8	16	Formação realizada por Entidade Formadora Externa.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Empresa Certificada para o efeito
Primavera: aplicação da legislação em vigor em Recursos Humanos	Departamento R.H	2	8	Formação na plataforma e-learning	Conforme necessidades da empresa.

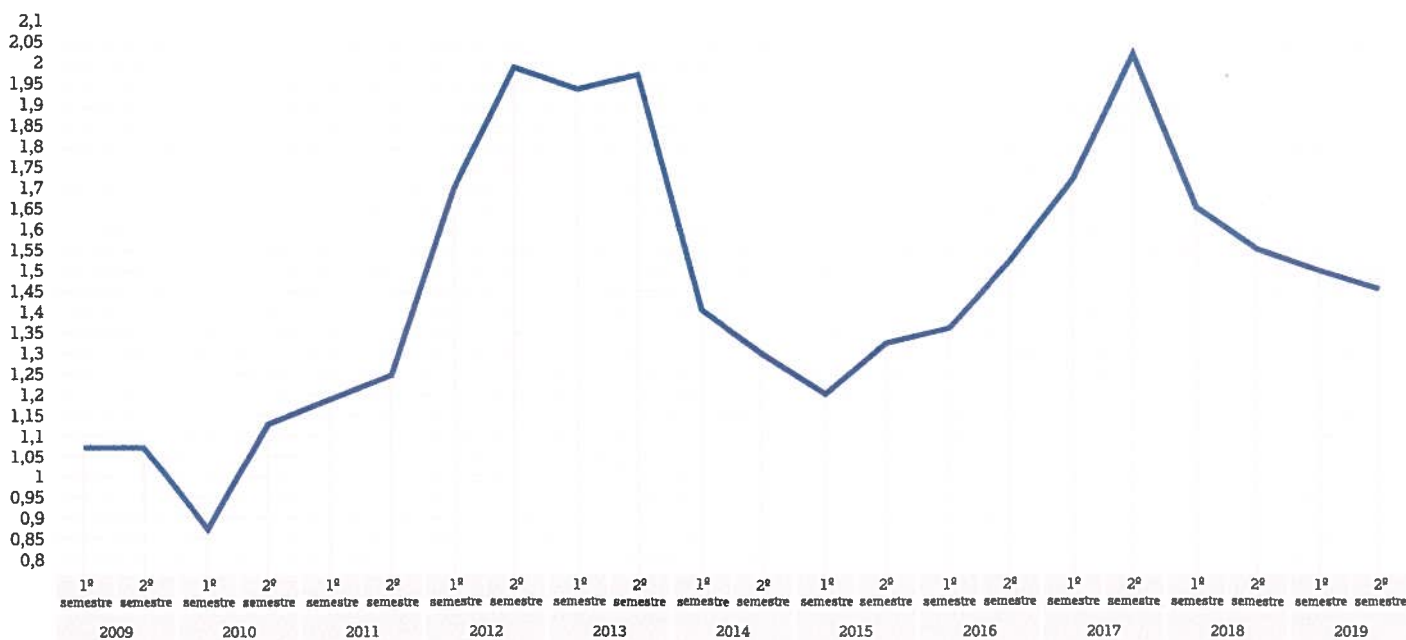
Limpeza de Peixe	Produção	Sempre que se verifique necessário	8	Formação na produção "Hands on job".	Conforme necessidades da empresa. Formadora: Balbina Bento, supervisionado por Manuel Enes e Pedro Pessanha.
Food Defense	Toda a população fabril, incluindo Produção, Armazéns, Laboratório, Manutenção e Armazéns.	130	2	Formação interna com exemplos retirados do dia a dia e dos produtos produzidos por Santa Catarina.	De acordo com a legislação em vigor. Formador: Marlene Brasil/ Anabela Santos
Formação Monitorização de Temperaturas: controlo de temperaturas ao longo do processo	Controlo de Qualidade	2	1	Formação interna Teórica.	De acordo com o referencial IFS. Formadores: Marlene B./ MJB.
Bosque e Cozedura	Produção	2	1	Formação na produção "Hands on job".	Conforme necessidades da empresa. Formadores: Marlene B./ MJB.

*(Handwritten signatures and initials)*

### 3.6 EVOLUÇÃO DA GESTÃO

O principal fator de rentabilidade de uma fábrica de conservas de atum é a matéria prima, logo, os anos de 2016 e 2017 foram condicionados por uma evolução crescente da cotação do pescado no mercado internacional e pela qualidade/calibre do mesmo. Em 2019, a Santa Catarina recorreu a pescado regional armazenado no primeiro semestre e no segundo semestre utilizou pescado descarregado nos Açores e importado. Este mix de pescado e os calibres utilizados permitiram uma melhoria da produtividade e melhoraram os resultados.

Como do lado da compra de matéria prima o mercado é volátil, e do lado da venda, junto do consumidor final, os preços são estáveis, estamos perante uma indústria que está sujeita às flutuações e contingências do mercado. Não basta a esta empresa crescer em volume de vendas, é preciso valorizar as suas marcas e produtos para assumir a sua quota de mercado e tornar as vendas cada vez mais estáveis e menos sujeitas às flutuações do mercado. Esse trabalho é feito pela Santa Catarina com grande dedicação dos seus profissionais. Contudo, existem campanhas de valorização e divulgação que são essenciais para a futuro da empresa e da indústria conserveira regional que deviam ser assumidas numa ótica global. Além disso, será necessário uma campanha nacional para proteger as conserveiras nacionais face a uma cada vez maior penetração de produtos importados e que nos retiram quota de mercado.



Houve um esforço na formação de pessoal e de contratação de mais mão-de-obra para aumentar a produção, contudo, começamos a assistir a uma dificuldade elevada na contratação de pessoas para a limpeza do pescado e alguns outros serviços na empresa. O aumento de produção numa unidade industrial, com recurso elevado a mão-de-obra especializada não se consegue no curto prazo, é um trabalho demorado e de preparação que leva, muitas vezes, anos a atingir os objetivos. A produção e rentabilização de atum em conserva está dependente de variadíssimos fatores: capacidade de oferta de trabalhadores com experiência na limpeza e enlatamento de pescado, calibre e qualidade da matéria prima, e capacidade de alavancagem das linhas de produção. A Santa Catarina deverá continuar a formação dos seus quadros, o recrutamento de mão-de-obra com know how, o reforço da sua fábrica, para ter amplitude de fabrico até 16 milhões de latas, e a melhorar a sua liquidez por forma a aumentar a sua capacidade negocial, para poder seleccionar o pescado no momento da compra.

A qualidade e o saber fazer da Santa Catarina são corroborados pelos prémios que tem recebido de uma forma consistente.



## CONCURSO NACIONAL DE CONSERVAS 2019

Santa Catarina conquistou em 2019 cinco prémios no 8.º Concurso Nacional de Conservas de Pescado, realizado em Santarém, incluindo o mais importante do certame, que distingue “O Melhor dos Melhores”, com o Filete de atum com molho cru, que já havia vencido o mesmo prémio 3 vezes.

A distinção, conferida ao produto da gama de especialidades da Santa Catarina num concurso em que se apresentaram produtos de grande qualidade, exalta aquele produto como “a conserva de maior excelência”.

Para além do principal prémio, obteve ainda quatro medalhas de ouro, uma para o Filete de atum ao natural, outra para o Filete de atum em azeite, outra para o Filete de atum em azeite biológico e ainda uma para o Filete de atum com Pimenta dos Açores.

Santa Catarina consagrou o seu atum como “Melhor dos Melhores” pelo 8.º ano consecutivo.

## CERTIFICAÇÃO IFS FOOD 6.1

Este ano a Fábrica Santa Catarina reforçou o seu processo de certificação de Qualidade e Segurança Alimentar, com a atualização da certificação IFS Food 6.1; mais uma vez o elevado patamar de exigência na indústria alimentar foi alcançado, superando inclusive os objetivos alcançados no ano anterior.

A Fábrica obteve uma classificação de 97.36 % (high level) na certificação IFS Food 6.1. superando em 2.14 p.p. a auditoria internacional realizada no ano anterior.

Esta norma internacional IFS FOOD 6.1. pretende garantir a qualidade e a segurança alimentar de produtos e de processos, que vão do processo de produção até à comercialização. Este referencial é particularmente sensível e exigente no desenvolvimento de ferramentas de gestão de qualidade e segurança alimentar para a deteção atempada de fraudes e contaminações em toda a cadeia de produção e abastecimento, desde os fornecedores de matéria prima até ao consumidor final.

O programa da certificação IFS FOOD melhora a compreensão dos processos de qualidade e segurança em toda a organização, e em toda a sua cadeia de fornecimento, estabelecendo padrões que proporcionam uniformidade e transparência em toda a cadeia de abastecimento (exigência de toda a distribuição moderna que exige a rastreabilidade total em toda a cadeia de custódia).

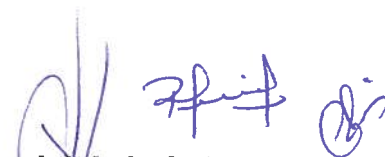
A certificação é um programa de melhoria contínua de desafios diários e contantes, em que se exige permanente comprometimento ao mais elevado nível da organização e captação de todos os recursos disponíveis ao nível da qualidade e segurança alimentar, envolvendo recursos humanos e financeiros.

Santa Catarina tem aqui o seu maior desafio, uma vez que com uma infraestrutura já com largas dezenas de anos, e que foi sendo desenvolvida em segmentos ao longo dos anos, teve de adaptar e adotar alterações de layout que envolveu grande investimento financeiro, assim como adaptação de normas e procedimentos que impactam diretamente no dia a dia da empresa, com as desafiantes mudanças comportamentais, atingidas com sucesso, de toda a população fabril.

A Certificação abre-nos novos caminhos de consistência de qualidade e segurança alimentar que se vêm juntar ao nosso programa de sustentabilidade e desenvolvimento das marcas e produtos por nós fabricados.

As certificações tanto na área de Qualidade & Segurança Alimentar como na área Ambiental têm um reconhecimento e validação internacional que permite a criação de uma imagem de marca no sector alimentar, construindo a confiança dos clientes e consumidores e abrindo caminho para novas oportunidades de mercado.

## **GESTÃO AMBIENTAL:**

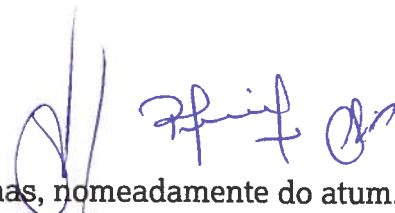


1) Na construção da confiança dos clientes e consumidores, a responsabilidade de Santa Catarina na área ambiental tem de se pautar por metas e objetivos desafiantes. Assim sendo, a meta para o ano de 2020 será de pelo menos 50% do cartão utilizado como material de embalagem ser certificado FSC (Forest Stewardship Council), em que se assegura que os produtos de embalagem em cartão/papel provêm de florestas bem geridas, oferecendo benefícios ambientais, sociais e económicos, em que teremos florestas para todos e para sempre.

2) Santa Catarina está comprometida com metas ambientais, tais como a redução da utilização de plástico das suas embalagens secundárias. A meta está traçada e o desafio é partilhado com 2 dos nossos maiores clientes – LIDL e Organico Real Foods – na eliminação total de plásticos nas embalagens; esta meta partilhada com 2 dos nossos maiores parceiros de negócio permite à empresa uma diminuição de custos de embalagem assim como diminuição do impacto ambiental na utilização de plástico de uso único.

3) As metas ambientais também devem ser comunicadas de modo eficiente ao consumidor através do marketing partilhado com a Sociedade Ponto Verde, nosso parceiro na gestão de resíduos de embalagem. O marketing partilhado é uma iniciativa da SPV a que a Santa Catarina aderiu, pois transforma a história da reciclagem das embalagens em vantagens económicas para a empresa, através da contrapartida financeira anual. Todas as embalagens das marcas que são propriedade de Santa Catarina têm aposta uma mensagem de incentivo à reciclagem e à sensibilização ambiental do consumidor através dos ícones da utilização do ecoponto apropriado a cada um dos elementos da embalagem.

### 3.7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE



Para 2020 espera-se uma estabilização dos preços das matérias primas, nomeadamente do atum. Os preços atingidos em 2019 foram o pico de um ciclo, tendo-se já verificado uma diminuição dos preços da MP no segundo semestre. Contamos no próximo ano continuar a ter peixe nos Açores e melhores condições negociais para garantir o máximo de peixe fresco possível proveniente da safra regional, bem como, algum pescado importado, com calibre e cotação competitiva.

Contamos continuar a aumentar a nossa produção e voltar a crescer no volume de negócios em 2020, invertendo o ligeiro decréscimo verificado 2019, para dar continuidade ao trabalho de preparação da fábrica e de penetração no mercado, iniciado em 2016 e 2017, para atingirmos o próximo desígnio tornar esta empresa totalmente rentável. O plano de negócios elaborado por este Conselho de Administração em 2015, previa que a empresa conseguisse um EBITDA positivo ainda no triénio 2015/2017. Tal não aconteceu porque a cotação da matéria prima e o seu calibre em 2017/2018 foram anormalmente altos e baixos, respetivamente. Contudo, em 2019 o caminho para a viabilização da empresa superou mais um degrau, conseguimos, alcançar o EBITDA positivo.

Relativamente às vendas, pretende-se aumentar o volume de negócios, com o aumento de encomendas, acrescido de um aumento geral de preços da conserva. No segmento filete/especialidade, iremos dar sempre prioridade à conserva de especialidades, alterando a relação de volumes vendidos entre eles, pois as especialidades libertam uma margem superior à do filete. A nossa nova linha Bio & Light está já no mercado e irá também percorrer o seu caminho de afirmação e conquista da sua quota de mercado; será mais um fator diferenciador para a valorização das nossas conservas.

A empresa precisa melhorar a sua capacidade negocial para poder comprar melhor e abastecer-se de forma mais eficiente. Além disso, precisa de investimentos que permitam melhorar a sua eficiência de produção, energética e criar melhores condições de trabalho aos seus profissionais, em linha com as suas concorrentes.

O conselho de administração está a acompanhar a evolução da pandemia Covid-19, provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, a nível nacional e mundial, tendo em vista concretizar as ações necessárias para salvaguardar a vida e saúde dos trabalhadores, manter os serviços operacionais essenciais em funcionamento e minimizar os efeitos de uma eventual redução das atividades laborais, que têm sido mitigados através de um plano de contingência que está em desenvolvimento. Caso não seja identificado qualquer contágio na população fabril que obrigue à redução ou suspensão da produção, prevê-se que possa causar um impacto positivo no volume de vendas pelo facto das conservas de atum serem um dos produtos, com data de validade muito alargada, que costuma fazer parte do cabaz de compras da população em geral, em tempos de crise.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

# *4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA*



## 4.1 ANÁLISE DO BALANÇO

### 4.1.1 ATIVO

Rubricas	2019	2018
<b>Ativo:</b>		
<b>Ativo não corrente:</b>		
Ativos fixos tangíveis	2 200 895,05	2 325 857,01
Ativos intangíveis	242 400,00	282 800,00
Outros investimentos financeiros	14 737,91	10 915,49
	<u>2 458 032,96</u>	<u>2 619 572,50</u>
<b>Ativo Corrente:</b>		
Inventários	3 301 919,60	3 297 022,61
Clientes	1 998 785,09	2 545 458,73
Estado e outros entes públicos	111 809,76	191 503,82
Outros créditos a receber	194 459,99	344 134,35
Diferimentos	2 933,62	2 845,53
Caixa e depósitos bancários	109 407,19	310 193,44
	<u>5 719 315,25</u>	<u>6 691 158,48</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u>8 177 348,21</u>	<u>9 310 730,98</u>

O ativo diminui, em termos globais, 12,17%, face a 2018.

#### ATIVO NÃO CORRENTE

Esta rubrica diminui em 6,17% de 2018 para 2019 pelo facto de terem sido feitos apenas investimentos em equipamentos e manutenção da fábrica, de valor muito inferior ao que a empresa necessita.

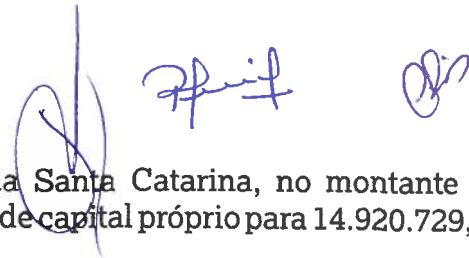
#### ATIVO CORRENTE

O ativo corrente diminuiu 14,52%. Este decréscimo deveu-se essencialmente à redução da conta clientes, por via da regularização de dividas incobráveis e das contas Estado e outros entes públicos e outros créditos a receber.

#### 4.1.2 CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Rubricas	2019	2018
<b>Capital próprio</b>		
Capital subscrito	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14 920 729,04	13 595 729,04
Resultados transitados	(20 215 210,98)	(19 305 775,37)
Excedentes de revalorização	296 625,28	330 303,07
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	201 676,80	235 289,60
	<u>(4 746 179,86)</u>	<u>(5 094 453,66)</u>
Resultado líquido do período	(481 434,64)	(976 726,20)
Total de Capital Próprio	<u>(5 227 614,50)</u>	<u>(6 071 179,86)</u>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente:</b>		
Estado e outros entes públicos	2 052 730,11	1 905 635,19
Financiamentos obtidos	4 561 926,45	4 459 260,59
Passivos por impostos diferidos	100 618,71	114 206,23
	<u>6 715 275,27</u>	<u>6 479 102,01</u>
<b>Passivo corrente:</b>		
Fornecedores	2 010 264,50	3 318 730,79
Estado e outros entes públicos	291 315,91	308 871,16
Financiamentos obtidos	3 258 587,91	4 058 376,11
Outras dividas a pagar	1 129 519,34	1 216 830,77
	<u>6 689 687,44</u>	<u>8 902 808,83</u>
Total do Passivo	<u>13 404 962,71</u>	<u>15 381 910,84</u>
Total Capital Próprio e do Passivo	<u>8 177 348,21</u>	<u>9 310 730,98</u>

## CAPITAL PRÓPRIO



No ano de 2019 a Lotaçor reforçou os capitais próprios da Santa Catarina, no montante de 1.325.000,00 euros, passando o saldo da rubrica Instrumentos de capital próprio para 14.920.729,04 euros.

O valor do capital próprio ficou negativo em -5.227.614,50€, fundamentalmente devido aos resultados transitados terem aumentado em relação a 2018, e ao próprio resultado líquido negativo do período.

## PASSIVO

O passivo, na sua globalidade, diminuiu em 12,85%. A diminuição em cerca de 40% do valor da sub-rubrica fornecedores é a principal razão para a diminuição do passivo. Esta diminuição foi fruto de um esforço de regularização dos saldos dos principais fornecedores de peixe. Por outro lado, reduziram-se os financiamentos obtidos por via da renegociação de empréstimos bancários.

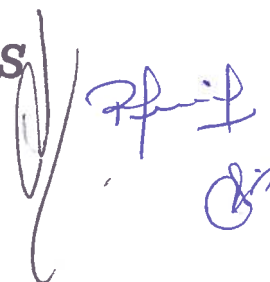
## PASSIVO NÃO CORRENTE

Existe um aumento do passivo não corrente de 3,65% devido ao aumento da sub-rubrica Estado e outros entes públicos e Financiamentos obtidos, visto que se converteram empréstimos de curto prazo em empréstimos de longo prazo.

## PASSIVO CORRENTE

O passivo corrente diminuiu 24,86%, devido à diminuição dos fornecedores, maioritariamente de peixe, e aos financiamentos obtidos correntes, por via da liquidação de um empréstimo de curto prazo.

## 4.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rendimentos e Gastos	2019	2018
Vendas e serviços prestados	7 672 549,80	8 246 372,64
Subsídios à exploração	165 197,06	357 784,90
Variação nos inventários da produção	1 535 754,31	(163 037,66)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(6 244 879,93)	(5 800 913,35)
Fornecimentos e serviços externos	(885 299,69)	(1 067 519,19)
Gastos com o pessoal	(1 837 796,78)	(1 828 564,30)
Outros rendimentos	17 461,02	53 631,39
Outros Gastos	(351 126,99)	(218 599,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	71 858,80	(420 845,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(248 392,94)	(237 809,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT)	(176 534,14)	(658 654,62)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(317 737,42)	(330 776,02)
Resultados antes dos impostos (EBT)	(494 271,56)	(989 430,64)
Imposto sobre o rendimento do período	12 836,92	12 704,44
Resultado líquido do período	(481 434,64)	(976 726,20)

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## 4.2.1 GASTOS E PERDAS

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

*[Handwritten signatures]*

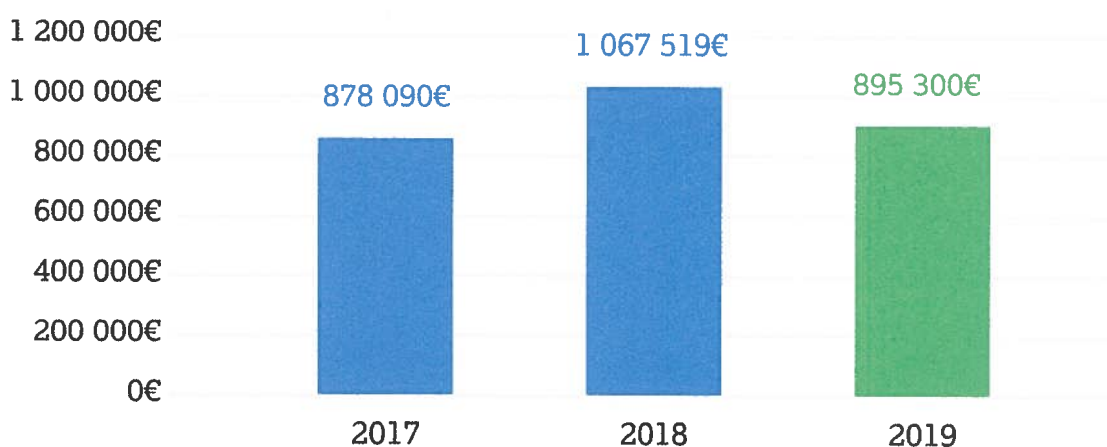
### CMVMC 2017/2019



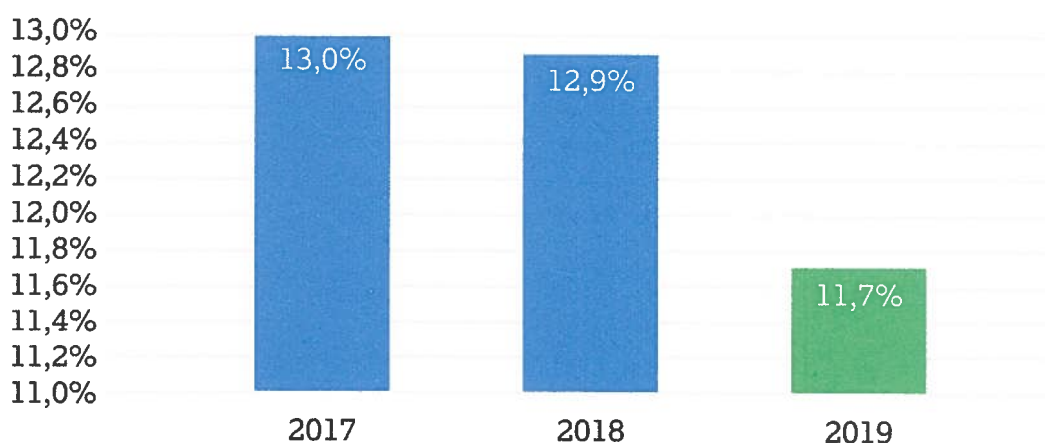
Conta	Descrição	2019	2018	Var. %
6111	Mercadorias - cmvc	499 570,59	210 562,40	137,26%
61211	Matérias primas - cmpvc	2 616 807,77	2 817 262,51	-7,12%
61216	Matérias primas - lombos - cmpvc	627 997,29	346 794,39	100,00%
61221	Matérias subsidiárias - cmpvc	588 894,16	634 336,75	-7,16%
61231	Embalagens de consumo - cmpvc	1 381 103,20	1 192 986,51	15,77%
61241	Matérias diversas - cmpvc	76 884,51	81 419,97	-5,57%
61251	Matérias BAR - cmpvc	10 994,31	10 181,16	7,99%
61261	Despesas adicionais - cmpvc	442 628,10	507 369,66	-12,76%
<b>61</b>	<b>Total de CMVMC</b>	<b>6 244 879,93</b>	<b>5 800 913</b>	<b>7,65%</b>

Como se poderá verificar, o aumento desta rubrica em 7,65%, em 2019, deve-se sobretudo ao aumento da quantidade de peixe não laborado pela Santa Catarina e vendido.

F.S.E. 2017/2019



F.S.E. / Volume Negócio 2017/2019



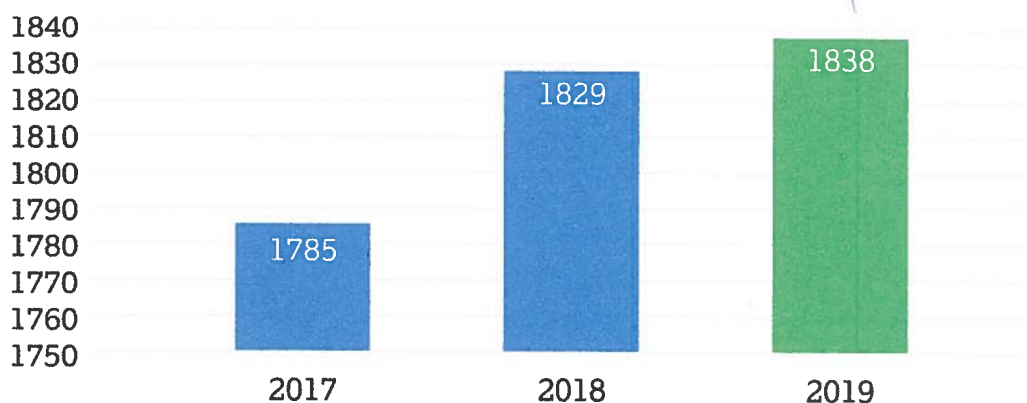
Em 2019, a rubrica “Serviços Especializados” representou 39,30% fornecimentos e serviços externos e teve uma considerável diminuição, na ordem dos 21%, visto que os custos de armazenagem no frio tiveram uma redução muito significativa relativamente ao ano anterior. A sub-rubrica conservação e reparação teve um aumento significativo de 70,47% devido às diversas obras necessárias à certificação de qualidade que tiveram que ser feitas na fábrica.

As “Deslocações, estadas e transportes” representaram 37,72% dos fornecimentos e serviços externos, sendo que os transportes representam 88,18% do total, devido à localização da fábrica e operação logística necessária para colocar os produtos no mercado, e o transporte dos colaboradores para o local de trabalho, que representa um custo elevado, mas que é também um investimento na captação de boa mão-de-obra, e no rendimento indireto dos nossos colaboradores. A energia e fluídos representa 13,22% dos FSE; este é um aspeto onde o investimento torna-se essencial e poderá ser um fator de melhoria da competitividade da nossa unidade industrial, recorrendo a novas formas de energia. Os serviços diversos com 6,12% e os materiais com 3,64%, estão em linha com as necessidades da empresa.

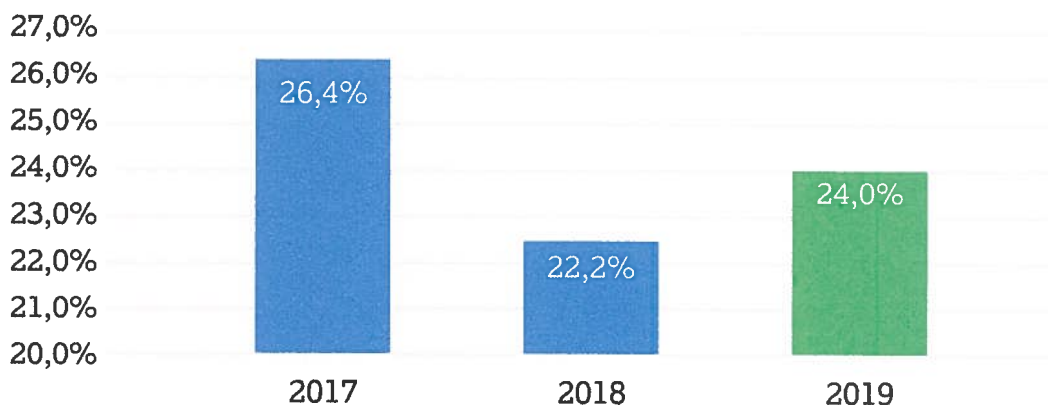
<b>Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Var.%</b>
6221	Trabalhos Especializados	84 871,09	74 199,30	14,38%
6222	Publicidade e Propaganda	1 769,12	4 360,31	-59,43%
6223	Vigilância e Segurança	120,00	0,00	%
6224	Honorários	2 355,20	0,00	%
6225	Comissões	22 322,61	31 849,82	-29,91%
6226	Conservação e Reparação	62 110,98	36 434,60	70,47%
6228	Outros Serviços Especializados	178 287,94	300 520,49	-40,67%
<b>622</b>	<b>Sub Total - Serviços Especializados</b>	<b>351 836,94</b>	<b>447 364,52</b>	<b>-21,35%</b>
6231	Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	25 395,80	21 533,16	17,94%
6233	Material de Escritório	3 480,86	4 011,31	-13,22%
623x	Outros Materiais	3 743,19	5 015,75	-25,37%
<b>623</b>	<b>Sub Total - Materiais</b>	<b>32 619,85</b>	<b>30 506,22</b>	<b>6,74%</b>
626	Eletricidade	77 519,98	81 585,90	-4,98%
6242	Combustíveis	11 163,64	11 734,08	-4,86%
6243	Água	29 613,76	30 889,98	-4,13%
624x	Outras energias e Fluidos	81,08	20 943,53	-99,61%
<b>624</b>	<b>Sub Total - Energias e Fluidos</b>	<b>118 378,46</b>	<b>145 153,49</b>	<b>-18,45%</b>
6251	Deslocações e Estadas	39 915,44	44 088,72	-9,47%
6252	Transportes de Pessoal	50 354,37	50 771,08	-0,82%
6253	Transportes de Mercadorias	247 420,50	291 506,48	-15,12%
625x	Outras Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	0,00	0,00%
<b>625</b>	<b>Sub Total - Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>337 690,31</b>	<b>386 366,28</b>	<b>-12,60%</b>
6261	Rendas e Alugueres	2 951,60	2 892,24	2,05%
6262	Comunicação	8 982,32	8 807,61	1,98%
6263	Seguros	14 656,37	13 232,71	10,76%
6265	Contencioso e Notariado	2 573,24	2 584,29	-0,43%
6266	Despesas de Representação	2 169,31	3 606,80	-39,85%
6267	Limpeza Higiene e Conforto	20 249,15	26 072,58	-22,34%
626x	Outros Serviços Diversos	3 192,14	878,45	263,38%
<b>626</b>	<b>Sub Total - Serviços Diversos</b>	<b>54 774,13</b>	<b>58 074,68</b>	<b>-5,68%</b>
<b>626</b>	<b>Total - Forn e Serv Externos</b>	<b>895 299,69</b>	<b>1 067 519</b>	<b>-16,13%</b>

## Custos com o Pessoal

Gastos Pessoal 2017/2019 (M€)



Gastos Pessoal / Vol. Negócios 2017/2019

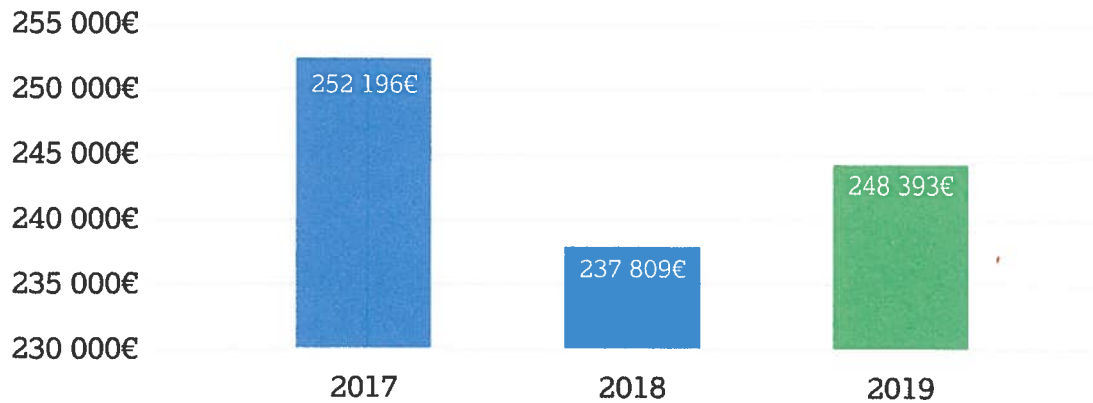


Conta	Descrição	2019	2018	Var. %
	<b>Gastos com Pessoal</b>			
631	Remunerações Órgãos Sociais	115 782,38	115 193,25	0,51%
632	Remunerações do Pessoal	1 344 202,85	1 329 720,44	1,09%
634	Indemnizações	2 280,21	5 966,59	-61,78%
635	Encargos Sobre Remunerações	326 078,04	321 536,07	1,41%
636	Seguros de Acidentes Pessoais e doenças prof.	28 619,07	30 457,43	-6,04%
638	Outros gastos com pessoal	20 834,23	17 690,42	17,77%
61	<b>Total de Gastos com Pessoal</b>	<b>1 837 796,78</b>	<b>1 828 564,30</b>	<b>0,50%</b>

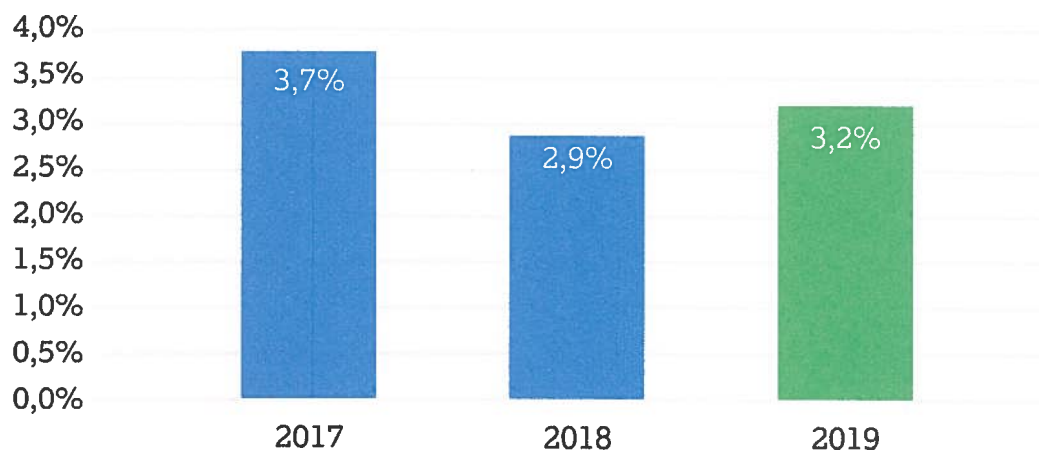
Os Gastos com pessoal aumentaram 0,5%, relativamente ao ano transato. Em 2019 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 24%.

## Gastos de depreciação e de amortização

Gastos de depreciação e de amortização 2017/2019



Amortizações / Vol. Negócios 2017/2019

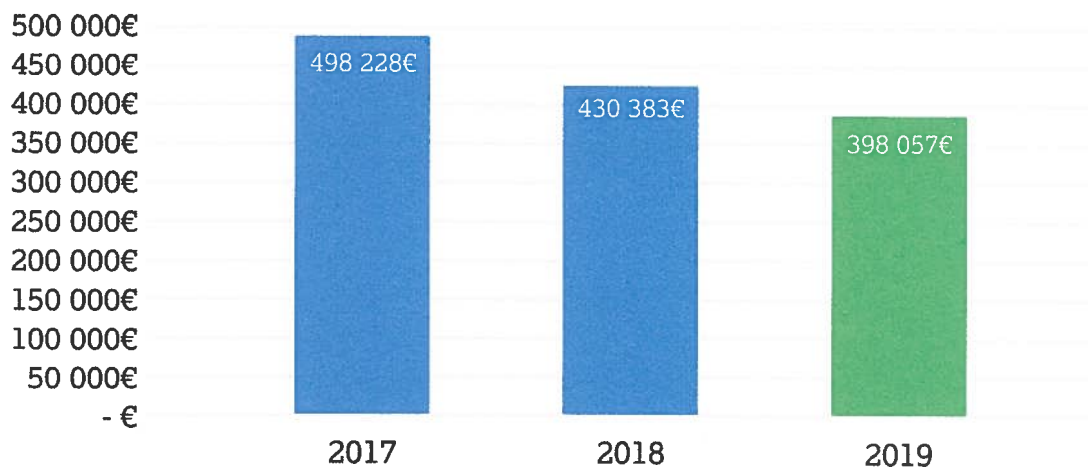


Face à inexistência de investimentos significativos, as amortizações reportam-se aos bens ao serviço da empresa.

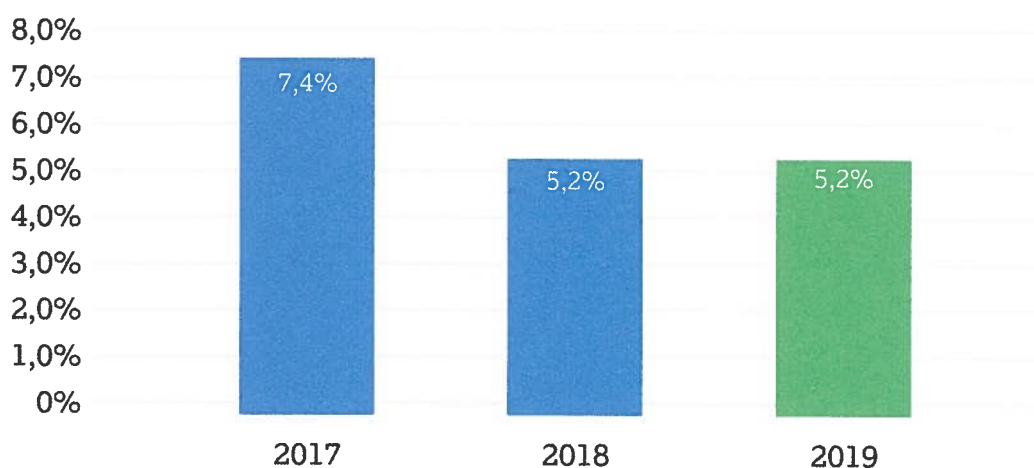
### Outros Gastos e Perdas

Foram registadas perdas no valor de 351.126,99 €, cujos principais itens são referentes ao reconhecimento de dívidas incobráveis (121.267,80€), a correções relativas a períodos anteriores (91.275,97€), aos juros de mora (62.719,22€), impostos (37.704,89€), a encargos com descontos de letras (17.600,84€), descontos de pronto pagamento (15.530,87€ e quotizações (5.027,40€).

Gastos e perdas de financiamento 2017/2019



Gastos e perdas de financiamento / Vol. Negócios 2017/2019



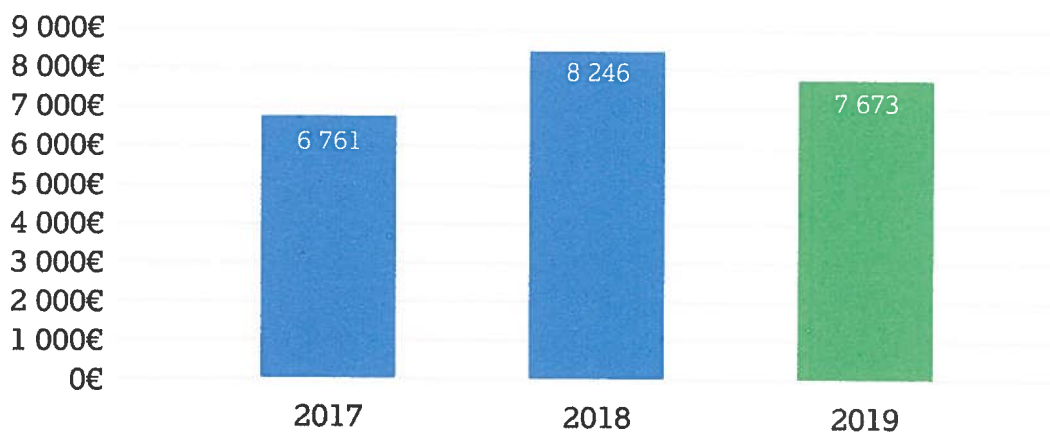
Estes valores incluem os juros de mora e outros encargos que não estão nesta mesma rubrica na Demonstração de Resultados.

O valor gasto nesta rubrica diminuiu, em relação a 2018, 8%. Em 2019 o seu peso relativo em relação ao volume de negócio é de 5,2%, o mesmo que no ano anterior.

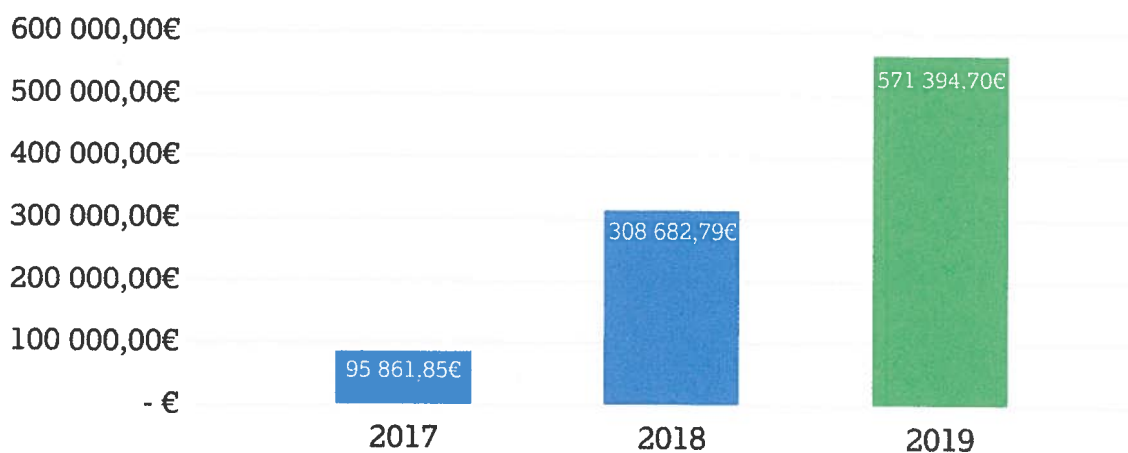
## 4.2.2 RENDIMENTOS E GANHOS

### Vendas

Volume de negócios (M€) 2017/2019

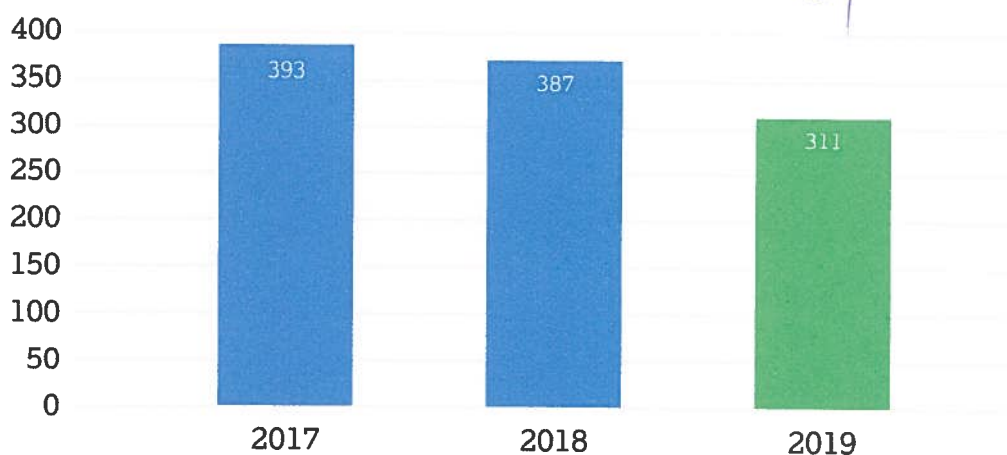


Vendas de mercadorias (Peixe) 2017/2019

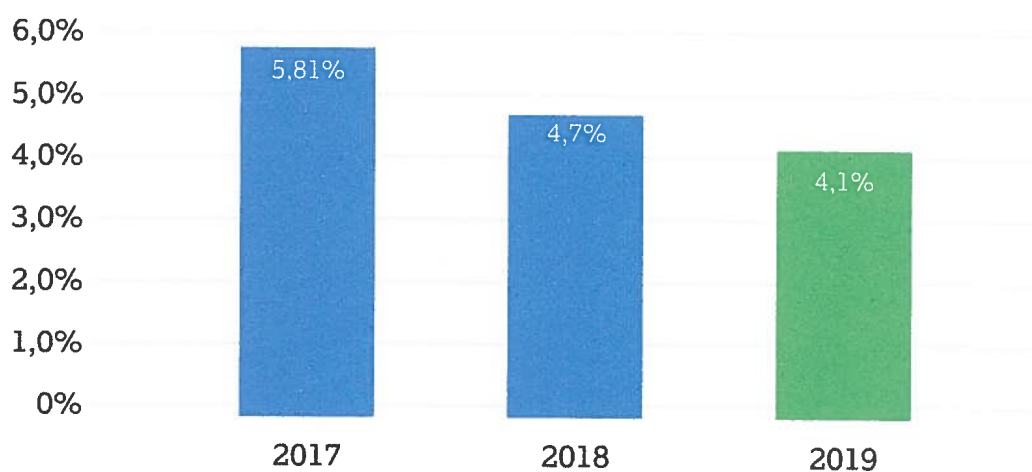


Como demonstra o gráfico, existe uma descida de 6,95%% do volume de negócios de conservas em 2019, relativamente ao ano anterior, embora tenham sido vendidas menos 17% de latas de conservas este ano, o que representa um esforço na valorização da conserva, pois vendeu-se menos, mas vendeu-se melhor.

Descontos e abatimentos (milhares €) 2017/2019



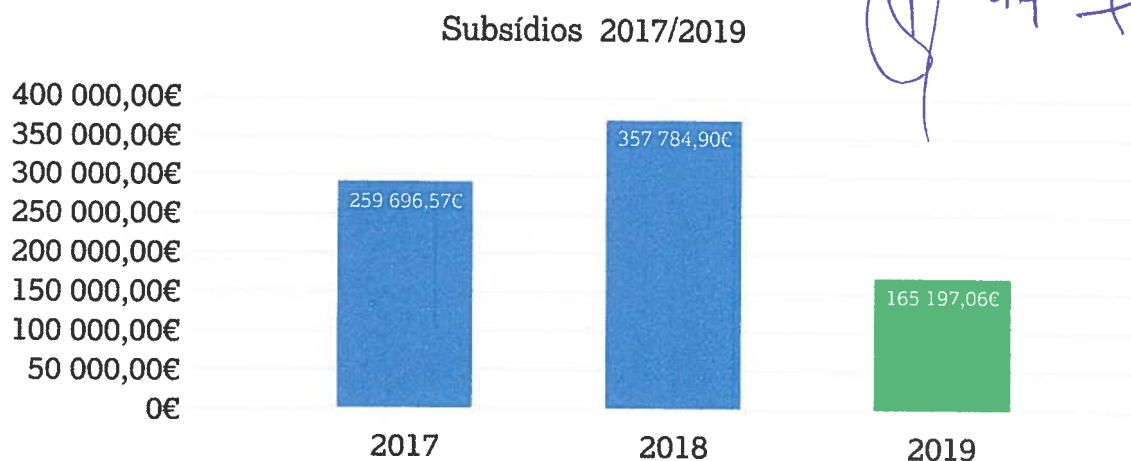
Desc. e abat. / venda conservas 2017/2019



Os descontos e abatimentos diminuíram de 387 para 311 mil euros, em 2019, representando este ano 4,1% do volume de vendas.



## SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO



*[Handwritten signature]*

Os subsídios diminuíram cerca de 54%, passando de 357.784,90€, em 2018, para 165.197.06€, em 2019. Este ano os subsídios limitaram-se ao POSEIMA

## VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO



Ao longo do ano de 2019 a variação da produção teve comportamentos distintos. Durante o primeiro semestre, baixou para níveis preocupantes, e no segundo semestre conseguimos inverter essa situação e recuperar para níveis de stock em linha com o sector.

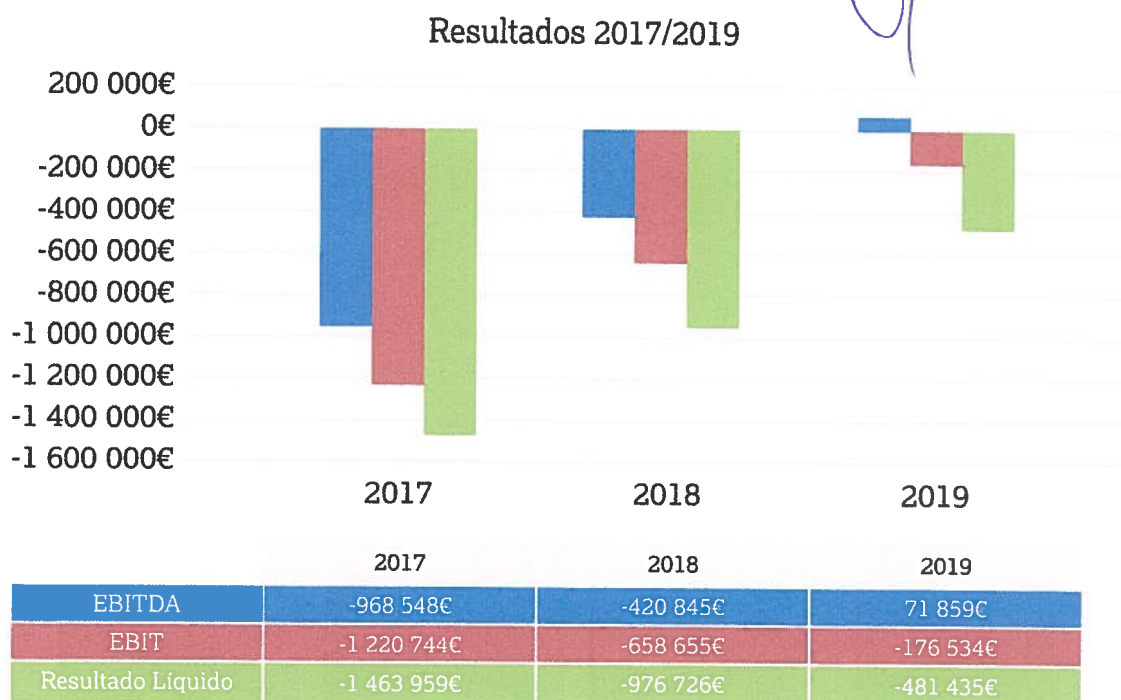
No primeiro semestre a diminuição deveu-se a uma baixa de produção diária, motivada por duas razões: Em primeiro lugar, porque a matéria prima era de calibre baixo e as produções diárias muito abaixo do expectável, e em segundo lugar, porque tivemos alguns problemas com a manutenção do número de pessoas a limpar peixe, devido à falta de oferta de Mão-de-obra no mercado local. Estes dois fatores originaram uma descida da variação da produção e do nível de stocks de produto acabado para números que estavam a ser preocupantes, levando a empresa inclusive a perder vendas, pela falta de produto acabado para entrega.

No segundo semestre, foram tomadas medidas de gestão para contornar o problema e aumentar a produção da fábrica, que no fornecimento da matéria prima, quer no aumento do número de pessoas na limpeza de pescado, entre outras.

O stock de produto acabado numa fábrica de conservas deve ser no mínimo de 3 meses de vendas, por várias razões, nomeadamente porque o produto deve estagiar algum tempo em armazém, a empresa deve ter reservas de produto para responder à sazonalidade das vendas, que crescem no verão e baixam no inverno, e porque uma empresa que possui contratos de abastecimento com cadeias de distribuição é penalizada em caso de falhas de serviço.

Em 2019 conseguimos aumentar a produção no decorrer do segundo semestre, voltando a equilibrar os stocks de produto acabado.

## 4.2.3 RESULTADOS



Os resultados de 2019, em relação ao ano anterior, melhoram em 117%, em termos de EBITDA, 73%, termos de EBIT, e 51% em termos de Resultado Líquido, sendo os melhores da sempre da história recente da Santa Catarina.

O segundo semestre foi particularmente positivo, com uma evolução muito positiva dos custos da matéria prima e do azeite. Além disso, a melhoria da produtividade foi fundamental.

Contudo, ainda muito há muito a fazer, voltar a crescer em vendas e continuar a produzir ao ritmo do segundo semestre, continuar a investir para criar melhores condições de trabalho e aumentar a produtividade na nossa fábrica.

Continuaremos a trabalhar todos os dias para continuar a fabricar conservas de qualidade, para continuar a dignificar a imagem das conservas açorianas e para continuar a levar a palavra Açores aos quatro cantos do mundo!

A todos os colaboradores, clientes, fornecedores e ao acionista, agradecemos a colaboração e a confiança!

#### 4.2.4 INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores Financeiros		2019
<b>Eficiência e atividade</b>		
EBITDA / Custos operacionais		0,80%
EBITDA / Custos com pessoal		3,91%
Prazo médio de pagamentos		102,91
Prazo médio de recebimentos		95,09
<b>Endividamento</b>		
Gastos de financiamento/ Dívida financeira		4,06%
<b>Rentabilidade e crescimento</b>		
EBITDA		71 858,80€
<b>Proveitos</b>		
EBITDA / Proveitos		0,93%
<b>Resultados</b>		
Resultados antes de gastos de financiamento e impostos		-176 534,14€
Resultados antes de impostos		-494 271,56€
Resultado líquido do período		-481 434,64€
<b>Outros indicadores financeiros</b>		
Autonomia financeira		-63,93%
Solvabilidade		-39%

#### 4.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento às disposições legais e em conformidade com o artigo n.º 11 dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido de 2019, no montante negativo de – 481.434,64€ (quatrocentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos) seja levado a resultados transitados.

De acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o atual Conselho de Administração informa que metade do capital social se encontra perdido, pelo que a este propósito deverá ser adotada uma das medidas recomendadas nesse artigo, o que é indispensável para assegurar uma situação patrimonial equilibrada da empresa.

O conselho de administração tem desencadeado um conjunto ações para se encontrarem soluções de otimização dos resultados operacionais, os quais têm sido manifestamente insuficientes para inverter o ciclo de resultados negativos. Os capitais próprios são negativos em 5.227.614,50 euros em 31 de dezembro de 2019, os quais contemplam 14.920.729,04 euros, sob a forma de prestações acessórias do acionista único e, neste quadro, a capacidade da Santa Catarina operar em continuidade dependerá da capacidade do acionista continuar a disponibilizar os fundos necessários para a reposição do equilíbrio financeiro e patrimonial, sem os quais não será possível proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos. À data do presente relatório, o conselho de administração tem conhecimento, por informação do acionista, que será feito um reforço dos capitais próprios em cerca de 2 milhões de euros, a ocorrer durante o ano de 2020.

Handwritten signatures in blue ink, including the name "Luis" and other illegible marks.



**5.**  
***AGRADECIMIENTOS***

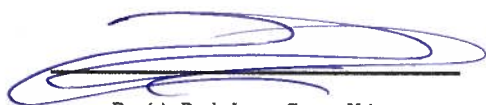


O conselho de administração presta os seus inefáveis agradecimentos:

- A todos os funcionários pelo esforço e dedicação e evolução são peças fundamentais do projeto Santa Catarina, não só para a Ilha de São Jorge, como também para toda a Região;
- Às Instituições Financeiras que têm apoiado Santa Catarina, cuja colaboração e acompanhamento têm sido fundamentais, na atual conjuntura económica e financeira;
- A todos os clientes de um modo geral, pela colaboração e fidelização que têm disponibilizado à empresa;
- Aos fornecedores, por toda a compreensão e confiança, sobretudo no ano de 2018 aos armadores regionais que ao acreditarem na retoma e recuperação da empresa são fundamentais para este projeto.

Calheta, 27 de março de 2020

O Conselho de Administração



Rogério Paulo Lopes Soares Veiros



Roberto Nuno Raposo Ferreira



Cíntia Ricardo Reis Machado

6.

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Handwritten signature*



## 6.1 BALANÇO

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rubricas	Notas	2019	2018
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	2 200 895,05	2 325 857,01
Ativos intangíveis	8	242 400,00	282 800,00
Outros investimentos financeiros	9	14 737,91	10 915,49
		<u>2 458 032,96</u>	<u>2 619 572,50</u>
Ativo corrente			
Inventários	10	3 301 919,60	3 297 022,61
Clientes	11	1 998 785,09	2 545 458,73
Estado e outros entes públicos	12	111 809,76	191 503,82
Outros créditos a receber	11	194 459,99	344 134,35
Diferimentos	13	2 933,62	2 845,53
Caixa e depósitos bancários	4	109 407,19	310 193,44
		<u>5 719 315,25</u>	<u>6 691 158,48</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8 177 348,21</b>	<b>9 310 730,98</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	6 e 14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	6 e 14	14 920 729,04	13 595 729,04
Resultados transitados	14	(20 215 210,98)	(19 305 775,37)
Excedentes de revalorização	7 e 14	296 625,28	330 303,07
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	8 e 14	201 676,80	235 289,60
		<u>(4 746 179,86)</u>	<u>(5 094 453,66)</u>
Resultado líquido do período		(481 434,64)	(976 726,20)
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>(5 227 614,50)</b>	<b>(6 071 179,86)</b>
<b>PASSIVO</b>			
Estado e outros entes públicos	12	2 052 730,11	1 905 635,19
Financiamentos obtidos	17	4 561 926,45	4 459 260,59
Passivos por impostos diferidos	15	100 618,71	114 206,23
		<u>6 715 275,27</u>	<u>6 479 102,01</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	16	2 010 264,50	3 318 730,79
Estado e outros entes públicos	12	291 315,91	308 871,16
Financiamentos obtidos	17	3 258 587,69	4 058 376,11
Outras dívidas a pagar	16	1 129 519,34	1 216 830,77
		<u>6 689 687,44</u>	<u>8 902 808,83</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13 404 962,71</b>	<b>15 381 910,84</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>8 177 348,21</b>	<b>9 310 730,98</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

*Lúcia Maria Brasil Enes*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Roberto Nunes Raposo Ferreira*  
*António Ricardo dos Anjos*



## 6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	18	7 672 549,80	8 246 372,64
Subsídios à exploração	19	165 197,06	357 784,90
Varição nos inventários da produção	10	1 535 754,31	(163 037,66)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(6 244 879,93)	(5 800 913,35)
Fornecimentos e serviços externos	20	(885 299,69)	(1 067 519,19)
Gastos com pessoal	21	(1 837 796,78)	(1 828 564,30)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-	-
Outros rendimentos	22	17 461,02	53 631,39
Outros gastos	23	(351 126,99)	(218 599,80)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>71 858,80</b>	<b>(420 845,37)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(248 392,94)	(237 809,25)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>(176 534,14)</b>	<b>(658 654,62)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
juros e gastos similares suportados	24	(317 737,42)	(330 776,02)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>(494 271,56)</b>	<b>(989 430,64)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	12	12 836,92	12 704,44
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(481 434,64)</b>	<b>(976 726,20)</b>

CONTABILISTA CERTIFICADO

*Júlia Maria Brasil Eves*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Assinatura]*  
*Roberto Nunes Zuparo Ferreira*  
*António Ricardo dos Machados*

6.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2019 e 2018

Rubricas	14	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações de capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSICÃO EM 01-01-2018		50 000,00	12 870 729,04	(17 515 858,21)	(292 579,11)	269 902,40	365 054,20	(1 463 958,69)	(5 717 710,37)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação de resultados				(1 463 958,69)				1 463 958,69	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis				41 768,18			(41 768,18)		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respelativas variações				40 400,00		(40 400,00)			
Ajustamentos por impostos diferidos				(13 804,25)		6 787,20	7 017,05		
Aplicação método equivalência patrimonial - fusão de Companhia				(394 322,40)	292 579,11				(101 743,29)
				(1 789 917,16)	292 579,11	(33 612,80)	(34 751,13)		(101 743,29)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(976 726,20)	(976 726,20)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(976 726,20)	(976 726,20)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Outras operações			725 000,00						725 000,00
			725 000,00						725 000,00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2018	14	50 000,00	13 595 729,04	(19 305 775,37)	(0,00)	235 298,60	330 303,07	(976 726,20)	(6 071 179,86)
<b>POSICÃO EM 01-01-2019</b>	14	50 000,00	13 595 729,04	(19 305 775,37)	(0,00)	235 298,60	330 303,07	(976 726,20)	(6 071 179,86)
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>									
Aplicação de resultados				(976 726,20)				976 726,20	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis				40 478,11			(40 478,11)		
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respelativas variações				40 400,00		(40 400,00)			
Ajustamentos por impostos diferidos				(13 587,52)		6 787,20	6 800,32		
Aplicação método equivalência patrimonial									
				(909 435,61)		(33 612,80)	(33 612,79)		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>								(481 434,64)	(481 434,64)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>								(481 434,64)	(481 434,64)
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>									
Outras operações			1 325 000,00						1 325 000,00
			1 325 000,00						1 325 000,00
POSICÃO NO FIM DE 31-12-2019		50 000,00	14 920 729,04	(20 215 210,98)	(0,00)	201 676,80	296 625,28	(481 434,64)	(5 227 614,50)

CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Luiz Carlos Brasil Eng*

*Roberto Mano*

*Roberto Mano*

*Roberto Mano*

## 6.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Rubricas	Notas	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		8 614 016,62	8 117 753,15
Pagamentos a fornecedores		(7 840 923,43)	(6 906 442,83)
Pagamentos ao pessoas		(1 203 136,53)	(1 544 379,12)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(430 043,34)</b>	<b>(333 068,78)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 099,81)	(11 278,15)
Outros recebimentos/pagamentos		15 925,85	304 574,79
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>(415 217,30)</b>	<b>(39 772,14)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(97 410,29)	(79 696,68)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(97 410,29)</b>	<b>(79 696,68)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		1 120 968,01	899 854,06
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		1 325 000,00	725 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 779 026,94)	(1 065 377,56)
Juros e gastos similares		(315 856,10)	(334 794,72)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>351 084,97</b>	<b>224 681,78</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(161 542,62)</b>	<b>105 212,96</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	231 333,27	126 120,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	69 790,65	231 333,27

CONTABILISTA CERTIFICADO

*Lucia Maria Brasil Eves*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Roberto Nuno Raposo Ferreira*  
*Guilherme Ricardo dos Santos Machado*



**7.**  
***ANEXOS ÀS***  
***DEMONSTRAÇÕES***  
***FINANCEIRAS***

## 01 – INTRODUÇÃO

SANTA CATARINA – Indústria Conserveira, S.A., abreviadamente designada por SANTA CATARINA, constituída a 28 de abril de 1995, tem como objeto a produção e comercialização de conservas, bem como a aquisição, importação e exportação de quaisquer produtos alimentares, frescos ou congelados, consubstanciados ou não matéria-prima para a sua atividade e, também, a participação, aquisição ou fretamento de embarcações.

Em 20 de janeiro de 2009, a LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. adquiriu 67.534.542 ações representativas de 99,73% do capital social pelo valor de um cêntimo.

Em 29 de abril de 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social.

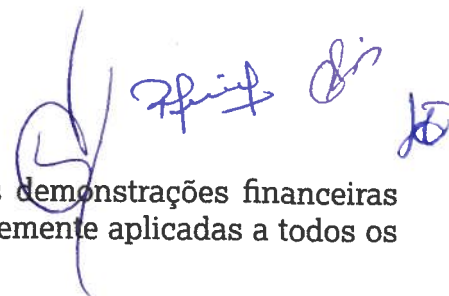
O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

SANTA CATARINA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.

## 02 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

## 03 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS



As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

### a) BASES DE APRESENTAÇÃO E DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base que os resultados operacionais poderão continuar a ser negativos e, sobretudo, que a situação financeira encontra-se desequilibrada, sendo o ativo corrente inferior ao passivo corrente em 970.372 euros em 31 de dezembro de 2019, que obriga que para manter as atividades, ainda está fortemente dependente do financiamento do acionista e, no quadro de não haver intenção de as cessar no curto prazo, considerou apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, todavia, está a acompanhar a evolução da situação da Covid-19 a nível nacional e mundial, tendo em vista concretizar as ações necessárias para salvaguardar a vida e saúde dos trabalhadores, manter os serviços operacionais essenciais em funcionamento e minimizar os efeitos de uma eventual redução das atividades laborais, que tem sido mitigados através de um plano de contingências que está em desenvolvimento. Embora não seja ainda possível determinar com segurança os impactos financeiros que poderão ocorrer, a Administração está convicta que o desequilíbrio financeiro poder-se-á agravar em maior ou menor grau, aumentando a dependência de financiamento anteriormente mencionada.

### b) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, exceto os adquiridos antes de 2012 que se encontram mensurados pelo custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo da compra, os impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer custos diretamente necessários para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SANTA CATARINA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	4-18
Equipamento administrativo	4-11
Outros activos fixos tangíveis	3-20

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

### **c) LOCAÇÕES**

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### **d) ATIVOS INTANGÍVEIS**

A SANTA CATARINA reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a SANTA CATARINA e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca “SANTA CATARINA”, que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013, que são amortizadas à taxa anual de 10% e sujeitas a teste de imparidade.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SANTA CATARINA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.

#### **e) IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da SANTA CATARINA com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.



## **f) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a SANTA CATARINA exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

## **g) INVENTÁRIOS**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo estimado de produção, que inclui, para além das matérias e mão-de-obra aplicados, os gastos gerais industriais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

## **h) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a SANTA CATARINA se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

## CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registrados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de 'factoring sem recurso', são relevadas nas demonstrações financeiras da SANTA CATARINA até ao momento do seu recebimento.

As perdas por imparidade são registradas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registradas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

## FORNECEDORES

Os saldos de Fornecedores são registrados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

## FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

## OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

## DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A SANTA CATARINA desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A SANTA CATARINA desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

### ***i) CAPITAL SOCIAL***

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

### ***j) PERIODIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS***

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

## k) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A SANTA CATARINA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A SANTA CATARINA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SANTA CATARINA; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
  - Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SANTA CATARINNA;
  - A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
  - Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.
- rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.
- rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a SANTA CATARINNA e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

## **l) SUBSÍDIOS**

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a SANTA CATARINA cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à SANTA CATARINA sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

## **m) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

A SANTA CATARINA reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

## **n) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

## ***o) TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA***

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

## ***p) PROVISÕES***

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

## ***q) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES***

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

## ***r) ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES***

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

## ***s) JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS À ESTIMATIVAS***

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

## VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A SANTA CATARINA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. A SANTA CATARINA faz uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

## IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da SANTA CATARINA.

## RECUPERABILIDADE DE SALDOS DEVEDORES DE CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## IMPARIDADE DOS INVENTÁRIOS

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada pela SANTA CATARINA do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## PROVISÕES

A SANTA CATARINA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A evolução do comportamento do vírus Covid-19 a nível nacional e mundial e os seus reflexos na atividade económica poderão ter um impacto material na posição financeira da SANTA CATARINA que, com base na informação existente e da sua extensão temporal, não se pode determinar com segurança.

## 04 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SANTA CATARINA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se como segue:

	2019	2018
Caixa	559,95	1 878,61
Depósitos bancários	108 847,24	308 314,83
	109 407,19	310 193,44
Descobertos bancários	-39 616,54	-78 860,17
	69 790,65	231 333,27

## 05 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o ano de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## 06 – PARTES RELACIONADAS

O capital social da SANTA CATARINA, no montante de 50.000 euros, é representado por 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de um cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A., que correspondem a 100% do capital social (5.000.000 ações).

Em 2013, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Santa Catarina, S.A., seguida de um aumento de capital social para 50.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a LOTAÇOR passou a deter a totalidade do capital social (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a SANTA CATARINA apresentava os seguintes saldos com acionistas:

	2019	2018
<b>Cientes</b>		
Empresa mãe - Lotaçor SA	0,00	0,00
	0,00	0,00
<b>Fornecedores</b>		
Empresa mãe - Lotaçor SA	724 169,18	540 811,92
	724 169,18	540 811,92

Em 15 de fevereiro de 2013, foi celebrado um acordo financeiro entre a SANTA CATARINA e a Lotaçor, S.A., definindo que os fundos financeiros disponibilizados à SANTA CATARINA, no montante de 9.455.729 euros, tendo em vista a sua viabilidade e reestruturação económico-financeira, poderão ser transformados em capital social ou, alternativamente, serem reembolsados. Não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria e que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores.

Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015 e 20 de março de 2018, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso. Neste acordo, mantêm-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 30 de março de 2020, foi estabelecido uma terceira alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, aditado a 20 de maio de 2015 e 20 de março de 2018, onde se mantêm os pressupostos do primeiro acordo de 2013 e estabelece-se um novo plano de reembolso para os fundos disponibilizados, no montante de 14.920.729,04 euros, contabilizados na rubrica de instrumentos de capital próprio (Nota 14). Neste acordo ficou estabelecido um plano de reembolso correspondente a prestações anuais e iguais de um milhão de euros para os anos de 2021 a 2034 e de novecentos e vinte mil setecentos e vinte e nove euros e quatro cêntimos para o ano de 2035.

## 07 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os anos de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terreno	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Custo</b>								
Em 1 Janeiro de 2018	198 000,00	2 413 072,01	1 474 595,08	75 082,50	182 460,56	69 119,35	10 000,00	4 422 328,50
Adições			21 671,88		7 330,76		102 044,48	131 046,12
Alienações					-135,35			-136,35
Em 31 de Dez. de 2018	198 000,00	2 413 072,01	1 496 266,96	75 082,50	189 655,97	69 119,35	112 044,48	4 553 241,27
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Em 1 Janeiro de 2018	0,00	606 803,04	1 146 263,79	50 826,27	155 106,71	66 812,87		2 025 812,68
Adições	0,00	114 619,78	68 514,96	2 835,69	14 379,31	1 323,36		201 673,10
Alienações					-101,52			-101,52
Em 31 de Dez. de 2018	0,00	721 422,82	1 214 778,75	54 661,96	169 384,50	68 136,23	0,00	2 227 384,26
Valor líquido 2018	198 000,00	1 691 649,19	281 488,21	21 420,54	20 271,47	983,12	112 044,48	2 325 857,01
<b>Custo</b>								
Em 1 Janeiro de 2019	198 000,00	2 413 072,01	1 496 266,96	75 082,50	189 655,97	69 119,35	112 044,48	455 241,27
Adições			25 505,33		3 511,00	43,98	50 276,29	79 336,60
Transferências		93 689,08	47 531,69				-141220,77	0,00
Alienações								0,00
Em 31 de Dez. de 2019	198 000,00	2 506 761,09	1 496 266,96	75 082,50	193 166,97	69 163,33	21 100,00	4 632 577,87
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Em 1 Janeiro de 2019	0,00	721 422,82	1 214 778,75	53 661,96	169 384,50	68 136,23	0,00	2 227 384,26
Adições	0,00	122 084,60	74 184,90	2 835,69	7 549,54	1 338,21		207 992,94
Transferências						-3 649,38		-3 649,38
Alienações								0,00
Em 31 de Dez. de 2019	0,00	843 507,42	1 288 963,65	56 497,65	176 934,04	65 780,06	0,00	2 431 682,82
Valor líquido 2019	198 000,00	1 663 253,67	280 340,33	18 584,85	16 232,93	3 383,27	21 100,00	2 200 895,05

Os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas, cuja data de eficácia da revalorização foi de 1 de janeiro de 2012 e originou uma variação positiva de 2.314.168 euros creditada diretamente em capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019 é mantido em curso o sistema de alimentação das latas cónicas no montante de 21.100,00 euros.

## 08 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca “SANTA CATARINA”, que está mensurada ao justo valor de 404.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA.

Nos anos de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

	2019	2018
Ativos Intangíveis		
Custo da Propriedade Industrial		
Em 1 de janeiro	404 000,00	404 000,00
Adições		
Em 31 de dezembro	404 000,00	404 000,00
Amortizações acumuladas		
Em 1 de janeiro	121 200,00	80 800,00
Amortizações período	40 400,00	40 400,00
Em 31 de dezembro	161 600,00	121 200,00
Valor líquido	242 400,00	282 800,00

## 09 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, existiam os seguintes ativos financeiros que se encontravam registados ao custo, que se indicam:

	2019	2018
Participações financeiras - método do custo		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo dos Açores. C.R.L.	124,70	124,70
Fundo de Compensação Trabalho	14 613,21	10 790,79
	14 737,91	10 915,49

Com a incorporação da COMPANHIA na SANTA CATARINA, todos os elementos ativos e passivos da COMPANHIA integrantes do seu património na data da fusão mencionados na nota 3 b), foram integral e globalmente transferidos para a SANTA CATARINA pelos respetivos valores contabilísticos.

## 10 – INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

	Em 31 de Dezembro de 2019		
	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Salto inicial em 1 de Janeiro	2 214 333,00	1 232 698,61	3 447 022,61
Compras	4 714 022,61		4 714 022,61
Varição de Produto	-	1 535 754,31	1 535 754,31
Custo das matérias consumidas	-6 244 879,93	-	-6 244 879,93
Saldo final em 31 de Dezembro	683 475,68	2 768 443,92	3 451 919,60
Perdas por imparidade acumuladas	-	-150 000,00	-150 000,00
Inventário final liquido	683 475,68	2 618 443,92	3 301 919,60

	Em 31 de Dezembro de 2018		
	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Total
Salto inicial em 1 de Janeiro	900 061,35	1 395 727,27	2 295 788,62
Compras	7 115 185,00		7 115 185,00
Varição de Produto	-	-163 037,66	-163 037,66
Custo das matérias consumidas	-5 800 913,35	-	-5 800 913,35
Saldo final em 31 de Dezembro	2 214 333,00	1 232 698,61	3 447 022,61
Perdas por imparidade acumuladas	-	-150 000,00	-150 000,00
Inventário final liquido	2 214 333,00	1 082 698,61	3 297 022,61

A variação nos inventários de produção em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resultou de:

	2019	2018
Existências finais	-2 768 443,92	-1 232 689,61
Existências iniciais	1 232 689,61	1 395 727,27
Varição da produção	-1 535 754,31	163 037,66

## 11 – CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:

	Corrente		Não Corrente	
	2019	2018	2018	2017
<b>Clientes</b>				
Outros clientes	1 998 785,09	2 545 458,73	-	-
Clientes de cobrança dúvidosa	391 167,20	391 167,20	-	-
	<b>2 398 952,29</b>	<b>2 936 625,93</b>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-391 167,20	-391 167,20	-	-
	<b>1 998 785,09</b>	<b>2 545 458,73</b>	-	-
<b>Outros créditos a receber</b>				
Acréscimo de rendimentos				
Subsidio POSEIMA (Nota19)	183 544,00	222 190,00	-	-
Outros acréscimos	0,00	89 012,61	-	-
Outros devedores diversos	10 915,99	32 931,74	-	-
	<b>194 459,99</b>	<b>344 134,35</b>	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	-	-
	<b>194 459,99</b>	<b>344 134,35</b>	-	-

Na rubrica de Acréscimos de rendimentos está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores (POSEIMA), no montante de 183.544 euros, referente a 2019 (Nota 19).

O montante de 2.389.952 euros em 31 de dezembro de 2019 devido pelos clientes apresentava a seguinte antiguidade:

	2019
Menos de seis meses	1 396 409,12
Mais de seis meses	29 936,29
Menos de doze meses	25 522,10
Mais de doze meses	938 084,81
	<b>2 389 952,29</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica Perdas por imparidades acumuladas não teve qualquer movimento.

## 12 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resumem-se como se segue:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Não Corrente</b>				
Contribuições para a segurança social	0,00	2 052 730,11	0,00	1 905 635,19
<b>Corrente</b>				
Impostos sobre o rendimento				
Pagamentos especiais por conta	53 285,78		56 765,78	
IRC - A recuperar/pagar	-	750,60	-	1 099,81
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		6 939,00		9 771,00
Rendimentos profissionais		0,00		46,72
Impostos sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar /pagar	2 523,98		9 738,04	
IVA - reembolsos pedidos	56 000,00		125 000,00	
Segurança social				
Contribuição p/ Seg.social - corrente		37 053,34		85 367,05
Contribuição p/ Seg.social - prestacional		246 226,00		212 299,44
FCT e FGCT		346,97		287,14
	<b>111 809,76</b>	<b>2 344 046,02</b>	<b>191 503,82</b>	<b>2 214 506,35</b>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição

Ano de geração	2019	2018	Ano de reporte
2014	12 303,66	12 303,66	2026
2015	11 268,32	11 268,32	2027
2015	10 305,94	10 305,94	2028
2017	9 535,82	9 535,82	2029
2018	9 872,04	13 352,04	2024
	<b>53 285,78</b>	<b>56 765,78</b>	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Os anos limite do prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação são indicados abaixo, estando anualmente limitado a 70% do lucro tributável.

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontra em situação de imparidade pode ser decompostos como segue:

Ano de geração	Valor		Ano de caducidade
	Base	Imposto	
2014	948 844	159 406	2026
2015	1 011 054	169 857	2027
2015	1 503 623	252 609	2028
2017	364 913	61 305	2029
2018	822 120	138 116	2023
2019	138 373	23 247	2024
	4 788 927	804 540	

Não obstante o valor recuperável dos prejuízos fiscais gerados nos períodos acima indicados, foi entendido mais uma vez pela Administração não reconhecer ativos de impostos diferidos, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a dívida ao Estado e outros entes Públicos estava assim classificada no balanço:

	2019	2018
Corrente	291 316	308 871
Não Corrente	2 052 730	1 905 635
	2 344 046	2 214 506

A Empresa tem solicitado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social a aprovação de plano prestacionais para liquidação da segurança social, conforme se resume abaixo:

Aprovado	Não corrente	Corrente	Total	Nº prestações	Última prestação
set/15	699 552,79	95 849,04	795 401,83	150	fev/28
dez/15	83 189,85	10 975,92	94 165,77	150	mai/28
abr/16	41 037,62	5 130,60	46 168,22	150	set/28
ago/16	68 030,15	8 345,40	76 375,55	150	jan/29
dez/16	80 232,92	9 363,36	89 596,28	150	mai/29
abr/17	72 409,12	8 130,48	80 539,60	150	set/29
ago/17	74 946,96	8 177,52	83 124,48	150	jan/30
dez/17	90 863,16	9 573,36	100 436,52	150	mai/30
abr/18	87 344,60	8 888,52	96 233,12	150	set/30
ago/18	82 170,41	8 141,16	90 311,57	150	jan/31
dez/18	96 171,33	9 151,68	105 323,01	150	mai/31
ago/15	244 885,25	34 507,08	279 392,33	150	jan/28
mai/19	97 115,14	8 965,68	106 080,82	150	nov/31
set/19	86 419,06	7 788,24	94 207,30	150	mar/32
dez/19	107 086,13	9 231,96	116 080,82	150	jun/32
dez/19	41 275,62	4 006,00	45 281,62	150	jun/32
	2 052 730,11	246 226,00	2 296 956,11		

Os planos prestacionais existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm como garantia a hipoteca do edifício da Santa Catarina, S.A.

O imposto sobre o rendimento do período decompõe-se em 2019 e 2018:

	2019	2018
IRC a pagar	-751	-1 100
Imposto deferido	13 588	13 804
	12 837	12 704



## 13 – DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 compreende:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 933,62	2 845,53
Rendimentos a reconhecer		
Ativos tangíveis	0,00	0,00

## 14 – CAPITAL REALIZADO, RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

O capital social da SANTA CATARINA é representado em 5.000.000 ações nominativas com valor nominal de 1 cêntimo, cada uma.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas em 100% pela LOTAÇOR - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

No ano de 2018 a LOTAÇOR transferiu para a SANTA CATARINA o montante de 725.000 euros, e em 2019 transferiu 1.325.000 euros, contabilizados em outros instrumentos de capital próprio, passando o saldo devido ao acionista para 14.920.729 euros.

As variações ocorridas nas rubricas dos capitais próprios a seguir indicadas nos exercícios de 2019 e 2018 decorreram de:

	Em 31 de Dezembro de 2019				
	Saldo inicial	Aplicação de Resultados	Resultados do ano	Outras variações	Saldos finais
Capital social	50 000,00	-	-	-	50 000,00
Out. instrumentos de capital próprio	13 595 729,04	-	-	1 325 000,00	14 920 729,04
Resultados transitados	(19 305 775,37)	(976 726,20)	-	67 290,59	(20 215 210,98)
Excedentes revalorização:	-				
Revalorização 2011	396 998,90	-	-	(40 478,11)	356 520,79
Impostos diferidos	(66 695,83)	-	-	6 800,32	(59 895,51)
Outras variações no capital próprio					
Ativos intangíveis - Marca	282 800,00	-	-	(40 400,00)	242 400,00
Impostos diferidos	(47 510,40)	-	-	6 787,20	(40 723,20)
	(5 094 453,66)	(976 726,20)	-	1 325 000,00	(4 746 179,86)
Resultado líquido do período	(976 726,20)	976 726,20	(481 434,64)		(481 434,64)
	(6 071 179,86)	-	(481 434,64)	1 325 000,00	(5 227 614,50)

Em 31 de Dezembro de 2019

	Saldo inicial	Aplicação de Resultados	Resultados do ano	Outras variações		Saldos finais
Capital social	50 000,00	-	-	-		50 000,00
Out. instrumentos de capital próprio	12 870 729,04	-	-	725 000,00		13 595 729,04
Resultados transitados	(17 515 858,21)	(1 463 958,69)	-	(224 215,18)	(101 743,29)	(19 305 775,37)
Ajustamentos em ativos financeiros	(292 579,11)	-	-	292 579,11		-
Excedentes revalorização:						-
Revalorização 2011	438 767,08	-	-	(40 478,11)		396 998,90
Impostos diferidos	(73 712,88)	-	-	6 800,32		(66 695,83)
Outras variações no capital próprio						
Ativos intangíveis - Marca	323 200,00	-	-	(40 400,00)		282 800,00
Impostos diferidos	(54 297,60)	-	-	6 787,20		(47 510,40)
	(4 253 751,68)	(1 463 958,69)	-	725 000,00	(101 743,29)	(5 094 453,66)
Resultado líquido do período	(1 463 958,69)	1 463 958,69	(976 726,20)	-		(976 726,20)
	(5 717 710,37)	-	(976 726,20)	725 000,00	(101 743,29)	(6 071 179,86)

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como explicado na Nota 6, o saldo devido ao acionista de 14.920.729 euros, que corresponde aos fundos diretamente disponibilizados ou transformação de créditos que, no futuro, poderão ser utilizados para cobertura de prejuízos ou aumento de capital social. Como não existem indicações em contrário por parte do acionista, este montante será considerado como integrando as ações de sustentabilidade financeira que terão de ser concretizadas perante o risco de liquidez existente e, por isso, foi reconhecido em capitais próprios.

Em 15 de fevereiro de 2013 foi celebrado um acordo entre a Santa Catarina, S.A. e a Lotaçor, S.A. definindo o reembolso dos apoios financeiros disponibilizados, no montante de 10.905.729 euros, não sendo devido juros remuneratórios vencidos e/ou vincendos, desde que haja excedentes de tesouraria que, não havendo, essa responsabilidade é automaticamente assumida pela Região Autónoma dos Açores que faz parte integrante desse acordo. Este acordo foi alterado em 20 de maio de 2015 e 20 de março de 2018, onde foi estabelecido um novo plano de reembolso, mantendo-se os pressupostos do Acordo Financeiro celebrado em 15 de fevereiro de 2013, em que a Região Autónoma dos Açores assume a quantia vencida sempre que a SANTA CATARINA não tiver capacidade financeira de liquidar a prestação na data de vencimento estipulada e desde que a Lotaçor, S.A. não delibere converter essa dívida em capital social.

Em 30 de março de 2020, foi estabelecido uma terceira alteração ao acordo financeiro celebrado a 15 de fevereiro de 2013, onde foi estabelecido um novo plano de pagamentos correspondente a prestações anuais conforme se segue:

Prazo	Montante
Até 01-07-2021	1 000 000
Até 01-07-2022	1 000 000
Até 01-07-2023	1 000 000
Até 01-07-2024	1 000 000
Até 01-07-2025	1 000 000
Até 01-07-2026	1 000 000
Até 01-07-2027	1 000 000
Até 01-07-2028	1 000 000
Até 01-07-2029	1 000 000
Até 01-07-2030	1 000 000
Até 01-07-2031	1 000 000
Até 01-07-2032	1 000 000
Até 01-07-2033	1 000 000
Até 01-07-2034	1 000 000
Até 01-07-2035	920 729
	1 920 729

Sempre que não houver excedentes de tesouraria anuais, a Região Autónoma dos Açores garante a cobertura das necessidades financeiras do acionista nos prazos acordados pelos intervenientes neste acordo tripartido, sendo certo que esses fundos que foram aplicados inicialmente na recapitalização da empresa manter-se-ão inalteráveis enquanto necessários para o pretendido equilíbrio patrimonial.

Como indicado na Nota 7, os itens do ativo fixo tangível foram expressos por quantias revalorizadas determinadas por um avaliador independente que, conforme relatório datado de 25 de janeiro de 2012, determinou, baseado no método comparativo do valor de mercado, que a quantia escriturada desses ativos fosse aumentada em 2.314.168 euros, sendo a data de eficácia dessa revalorização reportada a 1 de janeiro de 2012. Sobre este valor é calculado o respetivo imposto deferido.

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca “SANTA CATARINA” em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SANTA CATARINA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios, líquida de impostos de 235.290 euros em 2018 e 201.677 euros em 2019, devido à amortização da marca.

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), “resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem (...) os administradores requerer prontamente a convocação” da assembleia geral “a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes.”

Em 31 de dezembro de 2019, os capitais próprios da SANTA CATARINA são negativos no valor de 5.227.615 euros, pelo que durante o período de 2020 esta situação terá de ser analisada pelo acionista.

## 15 – PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:

	Em 31 de Dezembro de 2019			
	Capitais próprios			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	66 695,83	-	-6 800,32	59 895,51
Ativos intangíveis - marca	47 510,40	-	-6 787,20	40 723,20
	111 809,76	0,00	-13 587,52	100 618,71
	Em 31 de Dezembro de 2018			
	Capitais próprios			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Excedentes de revalorização de A. fixos Tang.	73 712,88	-	-7 017,05	66 695,83
Ativos intangíveis - marca	54 297,60	-	-6 787,20	47 510,40
	128 010,48	0,00	-13 804,25	114 206,23

## 16 – FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:

	Corrente		Não Corrente	
	2019	2018	2048	2017
Fornecedores				
Empresa mãe - Lotaçor	724 169,18	540 811,92	-	-
Outros fornecedores	1 286 095,32	2 777 918,87	-	-
	2 010 264,50	3 318 730,79	-	-
Outras contas a pagar				
Pessoal	93 279,69	80 582,83	-	-
Fornecedor de investimento	33 721	60 277,15	-	-
Credores por acréscimo de gastos				
Remunerações a liquidar	259 548,75	246 545,22	-	-
Juros a liquidar	21 252,47	20 948,74	-	-
Outros credores	81 462,23	84 891,43	-	-
Cheques pré-datados	613 007,93	688 386,04	-	-
Outras contas a pagar	27 246,32	35 199,36	-	-
	1 129 519,34	1 216 830,77	-	-

Na rubrica Outras contas a pagar estão incluídos os cheques pré-datados entregues aos fornecedores, no montante de 613.008 euros (em 2018, 688.386 euros).

## 17- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

	2019	2018
<hr/>		
Não Correntes		
Empréstimos bancários	4 298 723,06	4 184 230,61
Locação financeira	263 203,39	275 029,98
	4 561 926,45	4 459 260,59
<hr/>		
Não Correntes		
Empréstimos bancários	500 000,00	460 000,00
Locação financeira	2 169 658,16	2 947 370,08
Não Correntes	431 712,58	420 452,39
Empréstimos bancários	117 600,41	151 693,47
Locação financeira	39 616354	78 860,17
	3 258 587,69	4 058 376,11
	7 820 514,14	8 517 636,70

Os empréstimos bancários existentes em 31 de dezembro de 2019 foram concedidos nas seguintes condições:

(i) A 5 de abril de 2010, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 1.900.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um spread de 4%, pelo prazo de 14 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2012. Em 2019 foi renegociado o prazo do empréstimo até 19-12-2034, indexado à EURIBOR a 12 meses e com spread de 3,5%. Este financiamento está avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A. e garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.

(ii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 3.438.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses com um spread atual de 3,75%, pelo prazo de 156 meses (13 anos), reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2013. Em 2019 foi renegociado o prazo do empréstimo até 19-12-2034, indexado à EURIBOR a 12 meses e com spread de 3,5%. Este financiamento está avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A. e garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.

(iii) A 19 de dezembro de 2011, celebrou-se um contrato de financiamento em conta corrente com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante até 500.000 euros. Em 2019 encontrava-se utilizada em 500.000 euros, vence juros à taxa EURIBOR a 12 meses com um spread de 3,5%, pelo prazo de 12 meses renovável por iguais períodos sucessivos, avalizado pelo acionista Lotaçor, S.A. e garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.

(iv) A 14 de março de 2012 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de cessão de créditos continuados com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros (com variação possível de 10% sobre o montante solicitado), reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de um spread atual de 4,95%. Este contrato foi avalizado pelo acionista Lotaçor, SA e está também garantido por uma carta conforto emitida pelo Governo Regional dos Açores.

(v) A 14 de março de 2012 foi celebrado com Banco Comercial Português um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 70% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 400.000 euros, e que se encontrava utilizado em 83.217 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 4,95%. Este contrato encontra-se garantido por um aval do acionista Lotaçor, S.A.

(vi) Em 6 de dezembro de 2013 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de apoio à tesouraria, pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com o limite de 700.000 euros. Em 14 de maio de 2015 o limite máximo passou para 1.000.000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 4,95%. Este contrato está avalizado pelo acionista Lotaçor e através de uma carta conforto do Governo Regional dos Açores.

(vii) Em novembro de 2015 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósito um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 1.000.000 euros, reembolsáveis após 90 dias da data do adiantamento. Em julho de 2018 o limite máximo passou para 650.000 euros, vencendo juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de um spread de 3,75%, que se encontra utilizado em 556.367 euros. Este financiamento está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor e carta conforto da Região Autónoma dos Açores.

(viii) Em janeiro de 2016 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de locação financeira imobiliária, pelo prazo de 240 meses, no montante de 320.000 euros, reembolsável em 240 rendas, no montante de 1.548 euros cada, vencendo-se a primeira em janeiro de 2016. Os juros são calculados à taxa Euribor 12 meses, acrescida de um spread de 2,5%. Este contrato de locação financeira está garantido e avalizado pelo acionista Lotaçor.

(ix) Em setembro de 2017 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de locação financeira, pelo prazo de 48 meses, no montante de 62.800 euros, reembolsável em 48 rendas, no montante de 1.376 euros cada, vencendo-se a primeira em setembro de 2017. Os juros são calculados à taxa Euribor 6 meses, acrescida de um spread de 3,5%, estando o contrato avalizado pelo acionista Lotaçor.

(x) Em março de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de locação financeira, pelo prazo de 36 meses, no montante de 17.000 euros, reembolsável em 36 rendas, vencendo-se a primeira em abril de 2018, no montante de 1.700 euros e as restantes de 438 euros cada. Os juros são calculados à taxa Euribor 6 meses, acrescida de um spread de 3,5%. Este contrato está avalizado pela Lotaçor.

(xi) Em 23 de julho de 2018 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de gestão de pagamentos a fornecedores designado por "Confirming On-Time Pagamentos", pelo prazo de 180 dias, renovável por iguais períodos sucessivos, com limite máximo global de adiantamentos de 500.000 euros, reembolsáveis após 180 dias da data do adiantamento, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um spread de 4,95%, que se encontra utilizado em 480.518 euros. Contrato avalizado pela Lotaçor e carta conforto do GRA.

(xii) A 25 de julho de 2018 foi celebrado com a Caixa Geral de Depósitos um contrato de factoring com recurso, pelo prazo de 6 meses, renovável por iguais períodos sucessivos, com uma percentagem de adiantamento de 80% sobre o valor da fatura e com um limite de adiantamento de 300.000 euros, vencendo juros mensais à taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de um spread de 3,50%. Este contrato encontra-se avalizado pela Lotaçor, SA. e garantido pela carta conforto do Governo Regional dos Açores.

(xiii) A 8 de agosto de 2018 foi concluída a fusão da COMPANHA com a SANTA CATARINA, pelo que o contrato de financiamento celebrado a 23 de dezembro de 2015, entre a COMPANHA e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, no montante de 515.000 euros, que vence juros à taxa EURIBOR a 1 ano com um spread de 4,25%, pelo prazo de 10 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de março de 2016 foi integralmente assumido sem alteração de condições e está avalizado pela Lotaçor, SA. e garantido pela carta conforto do Governo Regional dos Açores.

(xiv) Em 4 de junho de 2019 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento no montante de 500.000 euros, pelo prazo de 1827 dias, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um spread de 3,5%, reembolsável em prestações de capital e juros. Este empréstimo está avalizado pelo acionista Lotaçor e carta conforto da Região Autónoma dos Açores.

(xv) A 5 de novembro de 2019 foi celebrado com o Banco Comercial Português um contrato de financiamento de curto prazo, no montante de 200.000 euros, pelo prazo de 182 dias, vencendo juros à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de um spread de 3,5%. Os juros são pagos mensalmente e o capital é liquidado no fim do prazo 05-05-2020. Este financiamento está avalizado pelo acionista Lotaçor.

## 18 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Vendas		
Mercadorias	571 394,70	308 682,79
Produtos acabados e intermédios	6 981 523,24	7 816 538,28
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	105 538,40	104 030,05
	7 658 456,34	8 229 251,12
Prestações Serviços	14 090,46	17 121,52
	7 672 546,80	8 246 372,64

## 19 – SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de Subsídios à exploração em 2019 e 2018 detalha-se como se segue:

	2019	2018
Subsídios à exploração		
Estado e outros entes públicos	165 197,06	357 784,90

Esta rubrica compreende predominantemente a compensação atribuída pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia com o objetivo de apoiar o escoamento dos produtos da pesca, ao abrigo da Portaria n.º 84/2017, que regulamenta a atribuição das compensações pelos custos suplementares gerados pelo afastamento e a insularidade dos Açores – POSEIMA – PESCAS. Em 2018 inclui 89.012 euros referente à candidatura ao Competir+ “Internacionalização – Acesso aos Mercados”. Os montantes ainda não recebidos estão evidenciados em Outras contas a receber (Nota 11).

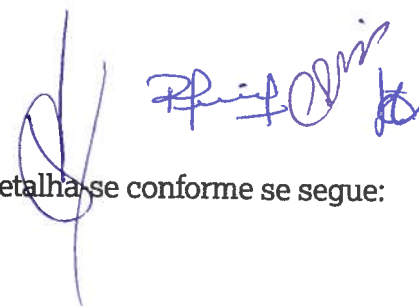
## 20 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	74 871,09	74 199,30
Publicidade e propaganda	1 769,12	4 360,31
Vigilância e segurança	120,00	0,00
Honorários	2 355,20	0,00
Comissões	22 322,61	31 849,82
Conservação e reparação	62 110,98	36 434,60
Serviços bancários	61 687,41	68 875,55
Outros	10 722,61	8 544,62
Custos de armazenagem no frio	105 877,92	223 100,32
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	25 395,80	21 533,16
Materia escritório	3 480,86	4 011,31
Material laboratório	3 743,19	5 015,75
Eletricidade	77 519,98	81 585,90
Combustíveis	11 163,64	11 734,08
Água	29 613,76	30 889,98
Outros	81,08	20 943,53
Deslocações e estadas	39 915,44	44 088,72
Transportes de pessoal	50 354,37	50 771,08
Transportes de mercadorias	247 420,50	291 506,48
Rendas e alugueres	2 951,60	2 892,24
Comunicação	8 982,32	8 807,61
Seguros	14 656,37	13 232,71
Contencioso e notariado	2 537,24	2 584,29
Despesas de representação	2 169,31	3 606,80
Limpeza, higiene e conforto	20 249,15	26 072,58
Outros fornecimentos e serviços	3 192,14	878,45
	<b>885 399,69</b>	<b>1 067 519,19</b>



## 21 – GASTOS COM PESSOAL



Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	115 728,38	115 193,35
Remunerações do pessoal	1 344 202,85	1 329 720,44
Indemnizações	2 280,21	5 966,59
Encargos sobre remunerações	326 078,04	321 536,07
Seguro Ac Trab. e Doenças Prof.	28 619,07	38 457,47
Outros gastos com pessoal	20 834,23	17 690,42
	1 837 769,78	1 828 564,30

O número médio de pessoas ao serviço da SANTA CATARINA durante os exercícios de 2019 e 2018 foi de 137 e 133, respetivamente.

## 22 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros rendimentos resume-se como se segue:

	2019	2018
Rendimentos Suplementares	12 072,20	23 875,95
Descontos de pronto pagamento obtidos	54,30	374,55
Correções relativas a períodos anteriores	5 334,52	29 218,49
Outros não especificados	0,00	162,40
	17 461,02	53 631,39

## 23 – OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outros gastos resume-se como se segue:

	2019	2018
Impostos	37 704,89	37 979,77
Descontos de pronto pagamento concedidos	15 530,87	25 760,98
Dividas incobráveis	121 267,80	3 984,72
Abates	0,00	4,17
Correções relativas a períodos anteriores	91 275,97	45 533,23
Quotizações	5 027,40	5 430,00
Multas e penalidades	0,00	280,00
Encargos com descontos	17 600,84	33 599,61
Juros de mora e compensatórios	62 719,22	66 007,32
Outros não especificados	0,00	20,00
	351 126,99	218 599,80

Na rubrica Juros de mora e compensatórios estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social (Nota 12).

## 24 – JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	307 692,34	317 813,05
Juros de locação financeira	10 045,08	12 962,97
	317 737,42	330 776,02


## 25 – RESPONSABILIDADES CONTINGENTES



Relativamente ao processo judicial que a Pescatum S.A. tinha contra a SANTA CATARINA e outros, relacionado com um pedido de indemnização de um apoio financeiro atribuído em 2008, no montante aproximado de 560.000 euros, acrescidos os respetivos juros de mora, a SANTA CATARINA foi absolvida. Foi apresentado recurso pela Pescatum, no entanto o Conselho de Administração está convicto de que de acordo com pareceres emitidos pelos advogados, não é esperado qualquer encargo materialmente significativo para a SANTA CATARINA.

## 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em face dos acontecimentos relacionados com o comportamento do Covid-19 que poderão ter fortes implicações na atividade económica nacional e mundial, a Administração adotou um conjunto de medidas de contingência relacionadas com a proteção dos trabalhadores e a continuidade da atividade, que dependentemente da gravidade e extensão desta pandemia, poderá ser afetada em maior ou menor dimensão, agravando assim os problemas de liquidez e de equilíbrio financeiro já existentes no período e períodos precedentes causados pela capacidade reduzida de SANTA CATARINA de gerar fluxos financeiros operacionais e pela inapropriada estrutura de financiamento, elevando as exigências de reforço dos capitais próprios.

A close-up photograph of a person's hand gripping a bamboo pole. The pole is secured with several loops of white rope. The background shows a vast expanse of blue water under a cloudy sky. In the top right corner, there is a handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature

8.

# ORGÃOS SOCIAIS

## 8.1 COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Cargo	Órgão Social	Data Nomeação	Mandato	Observações
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>				
Presidente	Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha	17-mai-16	2016-2018	
Vice-Presidente	António Neves Lopes Gomes	17-mai-16	2016-2018	
Secretário	Leonardo Miguel Arruda Araújo da Costa Ponte	17-mai-16	2016-2018	
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>				
Presidente	Rogério Paulo Lopes Soares Veiras	17-mai-16	2016-2018	
Vogal Executivo	Roberto Nuno Raposo Ferreira	17-mai-16	2016-2018	
Vogal Não Executivo	Cíntia Ricardo Reis Machado	17-mai-16	2016-2018	
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>				
Eletivo	URY & ASSOCIADOS - SROOC, Lda. (n.º 64) Representada por Manuel Lúcia Fernandes Branco	17-mai-16	2016-2018	
Suplente	António Tavares da Costa Oliveira, (n.º 656)	17-mai-16	2016-2018	

## 8.2 REMUNERAÇÕES

Administradores	Período em funções 2019	Diário		Mensal		Anual				Total		
		Regime Previd	Subs Alim.	Vencimento Base	Despesas Represent	Despesas Represent	Vencimento Base	Subs. Férias	Férias não gozadas		Subs. Natal	Subs. Alim.
Presidente do Conselho de Administração Rogério Paulo Lopes Soares Veiras	1 jan. a 31 dez.	Segurança Social	4,27€	3 648,00€	1 094,40€	13 132,80€	3 648,00€	0,00€	0,00€	3 648,00€	990,64€	65 195,44€
Vogal Executivo do Conselho de Administração Roberto Nuno Raposo Ferreira	1 jan. a 31 dez.	Segurança Social	4,27€	3 283,20€	820,80€	9 849,60€	3 283,20€	0,00€	0,00€	3 283,20€	965,02€	56 779,42€
Vogal Não Executivo do Conselho de Administração Cíntia Ricardo Reis Machado	1 jan. a 31 dez.	x	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

Nota: Os valores não demonstram as reduções remuneratórias.

*(Handwritten signatures)*

## 8.3 CURRICULUM VITAE

### **Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

#### Informação Pessoal

Gestor, Nascido em 11 de janeiro de 1973,

#### Percurso profissional:

##### **Santa Catarina - Indústria Conserveira, SA (1995/2001):**

- Reativação da fábrica de conservas de peixe, na Ilha de São Jorge (1995);
- Criação, lançamento, registo e internacionalização da Marca Santa Catarina (1995);
- Construção da nova fabrica, na ilha de São Jorge no período de um ano (2000);
- Preparação e condução da empresa para sua privatização (2003);

##### **Companha – Sociedade Pesqueira, Lda (1999/2001):**

- Criação e fundação da empresa;
- Reativação da pesca do atum na ilha de São Jorge
- Construção do atuneiro “Mestre Afonso”;
- Preparação e condução da empresa para a sua privatização total (2001);
- Gerente da Companha de (2015 a 2018)
- Extinção por fusão na Santa Catarina (Agosto de 2018)

##### **Africauto - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda (1995/2013):**

- Recuperação da empresa familiar em situação difícil, com reestruturação de todas áreas (1996);
- Criação e implementação de rentacar e outros negócios;

##### **Governo dos Açores – Serviço Regional de Saúde (2001/2004)**

- Vogal do Conselho de Administração do Centro de Saúde da Calheta, unidade de saúde com prestação de cuidados saúde primários, SAP e Internamento e consultas de especialidades;

##### **Santa Catarina SA– (2015)**

- Presidente do Conselho de Administração da empresa Santa Catarina Indústria Conserveira, SA;

##### **Dirigente associativo/participação cívica e social:**

- Presidente da Associação de Indústrias de conservas dos Açores “Pão do Mar” (2015/2018);
- Vogal da Direção da Associação Nacional de Indústrias de Conservas (2018);
- Membro do Observatório Europeu para a Rastreabilidade do Atum (2017/2018);

##### **Assembleia Legislativa Regional dos Açores:**

- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2004/2008);
  - Relator da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;
  - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;
- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2008/2012);
  - Membro da Comissão de Economia;
  - Membro da Comissão de Assuntos Sociais;
  - Membro da Comissão de Inquérito ao Serviço Regional de Saúde;
  - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector Agrícola nos Açores;
  - Membro do Grupo que realizou relatório sobre o Sector das Pescas nos Açores;
  - Participação em debates, parlamentares, radio e televisão sobre assuntos diversos, nomeadamente na área da saúde e políticas de coesão;

- Deputado eleito pelo Partido Socialista (2012)
- Membro da Comissão de Economia;
- Membro da Comissão de Inquérito ao Grupo Sata
- Membro do Grupo de trabalho que realiza estudo do sector cooperativo regional;
- Membro do Grupo de trabalho para o estudo do impacto do fim das quotas leiteiras;



**Autarca:**

- Membro da Assembleia de Freguesia da Calheta, eleito pelo Partido Socialista (1997/2001);
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2001/2004)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2004/2008)
- Vereador eleito pelo Partido Socialista (2008/2009)

**Dirigente Partidário:**

- Membro de diferentes órgãos do PS- Açores, nomeadamente do Secretariado Regional, Comissão Regional;

**Outras Participações:**

- Membro da Direção da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta (2000/2015);
- Membro da Direção do Futebol Clube Calheta (2003/2005);
- Presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Calheta (2003/2015);
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Estímulo (2011/2015);
- Presidente da Assembleia Geral da Associação de Bombeiros Voluntários da Calheta (2016/2017)
- Socio fundador da Associação Amigo do Animal da Ilha de São Jorge (2007);
- Apoio e implementação de projetos diversos na área empresarial;

**Formação académica/profissional:**

**Formação Académica:**

- Ensino básico na Escola Padre Manuel Azevedo da Cunha, Calheta de São Jorge (1981/1990);
- Ensino Secundário na Escola Secundária Domingos Rebelo, Ponta Delgada, São Miguel (1990/1992);
- Curso de Nível III de Gestão de PME e Cooperativas na UGTESC, (1992/1994);
- Frequentou o Curso de Gestão de Empresas da Universidade dos Açores (1994/95 e 2010/2011);

**Formação Profissional:**

Participação em formações ou ações diversas, entre outras:

- Formação Jurídica na área dos concursos de aquisição de bens e serviços;
- Formação em Liderança;
- Formação de controlo e aplicação de HACCP;
- Formação em Orientação para Cliente;
- Formação em AS-Win e implementação deste sistema informático;
- Congressos e palestras sobre liderança;
- Fóruns Mundiais sobre o Atum;
- Feiras e diversos eventos nacionais e internacionais relacionados com a indústria conserveira.

# Roberto Nuno Raposo Ferreira



## Informação Pessoal

Nome Completo: Roberto Nuno Raposo Ferreira  
Data de Nascimento: 9 de fevereiro de 1976  
Sexo: Masculino  
Estado Civil: Solteiro  
Naturalidade: São José  
Nacionalidade: Portuguesa  
Carta de Condução: Categorias A1, A e B  
CAP N.º EDF 1137/99 DRJEFP 29/06/1999  
Carteira Profissional TOC N.º 51245

## Formação académica

Data: 2011/2013

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Diploma de Estudos Especializados em Ciências Económicas e Empresariais - Especialidade de Marketing - Parte curricular do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais concluída, faltando a dissertação para obtenção do grau de Mestre.

Principais disciplinas/competências: Marketing de Serviços, Métodos Quantitativos, Comportamento Organizacional, Gestão Estratégica, Estudos de Mercado, Complementos de Marketing, Controlo de Gestão, Marketing Internacional.

Classificação obtida: 17 Valores

Data: 6 de fevereiro a 3 de julho de 2004

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores em parceria com o Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Lisboa.

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho

Classificação obtida: Conclusão com aproveitamento

Principais disciplinas/competências: O Código do Direito do Trabalho

Data: Outubro de 1994 a junho de 1998

Instituição de ensino ou formação: Universidade dos Açores

Certificado ou diploma atribuído: Licenciatura em Gestão de Empresas, área de Marketing

Principais disciplinas/competências: Contabilidade, Gestão, Economia, Econometria, Sociologia, Estatística, Marketing, Finanças, Recursos Humanos, Matemática. Colaboração com o Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores na realização de um estudo sobre a produção industrial açoriana e suas limitações à exportação em 1998.

Classificação obtida: 14 Valores



## Experiência profissional

**Data:** 25 de março de 2013 até ao presente

**Função ou cargo ocupado:** Administrador Executivo - Vogal do Conselho de Administração

**Principais atividades e responsabilidades:** Administração executiva da empresa em todas as suas áreas.

**Nome e morada do empregador:** Santa Catarina - Indústria Conserveira, S.A.

Rua do Roque, 9 | 9850 - 079 Calheta

**Data:** 1 de dezembro de 2007 a 6 de fevereiro de 2012

**Função ou cargo ocupado:** Diretor de Marketing e Comunicação do Grupo Marques

**Principais atividades e responsabilidades:** Análise dos diversos mercados do Grupo, internos e externos, funcionando como apoio a Diretores e Administradores, fornecendo-lhes dados consistentes que auxiliem na tomada de decisões estratégicas. Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação da equipa do Observatório de Marketing, da equipa do design criativo e das Relações Públicas.

**Nome e morada do empregador:** Marques, SGPS, S.A. | Construção, Distribuição e Saúde

Rua Joaquim Marques, 34, Rabo de Peixe, 9600-049 Ribeira Grande

**Data:** 9 de fevereiro de 1998 a 31 de novembro de 2007

**Função ou cargo ocupado:** Diretor de Marketing do Grupo Caetano & Mont'Alverne

**Principais atividades e responsabilidades:** Execução do Plano e Orçamento de Marketing, coordenação do Plano Promocional, interligação da empresa com a Central de Compras Uni.Mark e Uniarme, coordenação da imagem global do Grupo e de todas as campanhas publicitárias. Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, de 2000 a 2004, nomeadamente pela coordenação do processamento de salários, contratos de trabalho, recrutamento e seleção de candidatos, avaliação do desempenho, e coordenação da formação.

**Nome e morada do empregador:** Caetano & Mont'Alverne, SGPS, S.A.

Rua de São Gonçalo, 223, 9500 —343 Ponta Delgada

**Data:** 1997 a 1999

**Função ou cargo ocupado:** Análises económicas e financeiras de empresas e candidatura de projetos de investimento aos diversos sistemas de incentivos da Região.

**Principais atividades e responsabilidades:** Consultoria em análise de projetos de investimentos

**Nome e morada do empregador:** Formar & Aconselhar, Lda | Consultoria e Formação

Ponta Delgada

**Data:** Outubro 2012 a março de 2013

**Função ou cargo ocupado:** Formador na área de Marketing - UFCD's de Marketing Mix de Serviços e Inovação em Serviços do Curso Reactivar.

**Nome e morada do empregador:** Escola Profissional da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

**Data:** Desde outubro de 2012

**Função ou cargo ocupado:** Formador na área Comercial/Marketing - Atendimento a Clientes, Atendimento ao Público e Gestão de Reclamações e Conflitos.

**Nome e morada do empregador:** Competir - Formação e Serviços, Lda

**Data:** Desde abril de 2011

**Função ou cargo ocupado:** Formador na área Comercial/Marketing - Técnicas de Venda e Merchandising e Técnicas de Negociação Comercial.

**Nome e morada do empregador:** Norma Açores, S.A.

## Formação profissional

**Data:** 28 de outubro a 8 de novembro de 2010

**Instituição de ensino ou formação:** Competir - Formação e serviços, Lda

**Certificado ou diploma atribuído:** Curso de Corel Draw - Editor de Imagem

**Data:** 13 de setembro e 18 de outubro de 2010

**Instituição de ensino ou formação:** Competir - Formação e serviços, Lda

**Certificado ou diploma atribuído:** Curso de Formação Pedagógica de Formadores; duração de 90 horas.

Data: 21 de maio de 2009

Instituição de ensino ou formação: Global Estratégias

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Profissional “Congresso de Marketing Direto”; duração de 7 horas.

Data: 17 de abril de 2008

Instituição de ensino ou formação: Primavera Academy

Certificado ou diploma atribuído: Seminário Executivo sobre “Marketing Inovador” por Valverde Cota.

Data: 20 de junho de 2006

Instituição de ensino ou formação: Neves de Almeida, Lda

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Atendimento e Vendas”; duração de 8 horas.

Data: 2 a 5 de maio de 2006

Instituição de ensino ou formação: Richard Bordone

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Merchandising”; duração de 28 horas.

Data: 21 de outubro a 8 de novembro de 2002

Instituição de ensino ou formação: CMS

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Gestão da Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho”; duração de 30 horas.

Data: 28 de maio a 1 de junho de 2001

Instituição de ensino ou formação: Associação dos Jovens Empresários dos Açores

Certificado ou diploma atribuído Ação de Formação: “Internet e Comércio Eletrónico”, 15 horas.

Data: 30 a 31 de outubro de 2000

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Atendimento Personalizado”; duração de 8 horas.

Data: 19 a 20 de Novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: IMC - Instituto Mercado de Capitais

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Análise Financeira de Empresas”

Data: 2 a 5 de novembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Merchandising - Promoção no Ponto de Venda» - duração de 20 horas.

Data: 20 a 29 de outubro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Informática-Atualização”; duração de 24 horas.

Data: 20 a 24 de setembro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído Ação de Formação: “Condução de Reuniões”; duração de 15 horas.

Data: 7 a 21 de junho de 1999

Instituição de ensino ou formação: Raiz Quadrada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Liderança e Motivação de Equipas”; duração de 30 horas.

Data: 15 a 19 de março de 1999

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Atendimento de Qualidade”; duração 20 horas.

Data: 6 de janeiro a 23 de fevereiro de 1999

Instituição de ensino ou formação: Manpower Açores

Certificado ou diploma atribuído: Curso de Formação Pedagógica de Formadores, homologado pela Direção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, com a duração de 90 horas.

CAP N.º EDF 1137/99 DRJEPF 29/06/1999

Data: 16 a 20 de fevereiro de 1998

Instituição de ensino ou formação: Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada

Certificado ou diploma atribuído: Ação de Formação “Técnicas de Atendimento”; duração 20 horas.

### Domínio de Línguas Estrangeiras

(\*) Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)

Inglês: Compreensão Oral - C1; Leitura - B2; Interação Oral - B1; Produção Oral - B2; Escrita - B2

Francês: Compreensão Oral - B1; Leitura - B1; Interação Oral - A2; Produção Oral - A2; Escrita - B2

## Aptidões e Competências

### Sociais

Presidente da Direção do Grupo Folclórico Ilha Verde da Escola Domingos Rebelo de Ponta Delgada, com experiência na realização de diversos eventos culturais durante 3 mandatos de 2 anos.

Presidente do Conselho Fiscal do Clube Columbófilo de São Miguel de 2000 a 2002.

Membro do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

### Organização

Organização de Intercâmbios Culturais entre Ranchos Folclóricos e Coordenação da Organização da Gala Internacional de Folclore de Ponta Delgada, enquanto presidente do Grupo Folclórico Ilha Verde, com a organização da receção de muitos Ranchos Internacionais em São Miguel.

Organização de várias «ExpoAves» em São Miguel, como membro da Associação de Avicultores de São Miguel.

Organização de Feiras, Seminários Conferências, Festas de Aniversário, Inaugurações, Apresentações e outros eventos, enquanto Diretor de Marketing e Comunicação.

### Técnicas

Monitor de cursos de instrumentos de corda da Casa de cultura de Ponta Delgada de 1995 a 1999.

Assessor de Networking de 1995 a 1997.

Praticante de Vela durante 3 anos.

### Informáticas

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador, tanto em ambiente Windows como em software de gestão Pirâmide. Domínio de programas como Word, Excel, PowerPoint, Internet, SPSS, Corel Draw e Photoshop.

### Artísticas

Executante de instrumentos de cordas, como a Viola da Terra Micaelense e a Guitarra Clássica.

Tocador de Viola da Terra no Grupo Folclórico Ilha Verde.

## **Cíntia Ricardo Reis Machado**



Nasceu a 28 de março de 1976 na Freguesia de Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. É casada e tem dois filhos.

### **Formação Académica e Atividade Profissional:**

Concluiu a Licenciatura em Gestão de Empresas em julho de 1998, na Universidade dos Açores, com a classificação final de 14 valores.

De 15 de abril de 1998 até 31 de janeiro de 2008, foi funcionária do Banco Comercial dos Açores (atual Banif), na Direção de Gestão Global de Risco.

Das principais funções exercidas nesta Instituição Financeira, destacam-se:

- análise de projetos de investimento;
- análise de propostas de crédito de particulares de empresas;
- emissão de pareceres sobre operações de crédito;
- participação permanente na Comissão Conjunta de Crédito e no Conselho Superior de Crédito, funções exercidas de 1999 até 2008, cujas competências eram análise e decisão de propostas de crédito de empresas e particulares, bem como emissão de pareceres de operações decididas ao nível da Comissão Executiva e Conselho de Administração;
- acompanhamento dos projetos ao abrigo do RIME, PROCOM, SIRAPA, SIRALA, Protocolo da Pesca Artesanal, Protocolo do BCA Agricultura;
- participação em diversos grupos de trabalho no Grupo Banif, no âmbito da implementação de Basileia II e das Imparidades e respetivo acompanhamento;
- aquando da centralização da Direção de Risco do BCA no Banif, passou a realizar a coordenação da equipa da direção de risco localizada em S. Miguel, com respetivo reporte a Lisboa.

De 1 de fevereiro de 2008 até 12 de outubro de 2010, exerceu as funções de Diretora-geral Financeira do Grupo Marques, composto por cerca de 14 empresas nas áreas da construção civil, comércio de materiais de construção, distribuição alimentar e saúde, cujos funcionários diretos eram mais de 1.500.

Das principais funções exercidas neste Grupo, destacam-se:

- supervisão das atividades de tesouraria e de gestão de crédito no Grupo tendo em atenção os fatores associados de risco e liquidez, incluindo pagamentos, recebimentos, controlo de contas bancárias, financiamentos bancários, linhas de crédito e todas as atividades relacionadas;
- assegurar as relações com as Instituições Financeiras e Seguradoras que trabalham com o Grupo;
- supervisão e coordenação do reporting do Grupo fornecido aos parceiros sociais da empresa.
- elaboração dos planos e orçamentos financeiros anuais em todo o Grupo;
- acompanhamento da elaboração dos orçamentos financeiros mensais em todo o Grupo;
- liderar a gestão e implementação das políticas e dos objetivos financeiros do Grupo assegurando o melhor equilíbrio da sua estrutura de capital.

De 12 de outubro de 2010 a 30 de abril de 2014, exerceu as funções de Vogal Executiva do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

Desde 16 de setembro de 2011, exerce as funções de Vogal Não Executiva do Conselho de Administração de Santa Catarina – Indústria Conserveira, SA.

Desde 30 de abril de 2014, exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.

## Outras Formações:

- Normas Internacionais de Contabilidade – OTOC - 2 de outubro de 2008
- Orçamento de Estado para 2009; Encerramento de Contas de 2008 – OTOC – 26 de janeiro de 2009
- Estrutura Conceptual (SNC) e os Novos Modelos de Relato Financeiro; Fiscalidade em Função dos Documentos – OTOC – 6 de julho de 2009
- Sistema de Normalização Contabilística – Exemplos Práticos – OTOC – 28 de setembro de 2009
- Curso de Formação Profissional “Novo Modelo de Normalização Contabilística” –AEP/CCIPD - 35 horas - De 7 a 11 de novembro de 2009 - Classificação Final: Apto
- Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas – OTOC – 18 de novembro de 2009
- Orçamento de Estado 2012; Encerramento de Contas de 2011 – OTOC – 30 de janeiro de 2012
- Desafios Fiscais 2012 – UHY & Associados, SROC, LDA – 16 de fevereiro de 2012
- Diversas formações realizadas no Instituto de Formação Bancária e na Global Estratégias

### Informação Adicional

- Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1998, com o nº 61058.
- Em junho de 2006, recebimento do prémio “Dignitas 2005 – Labor Omnia Vincit”, do Banco Comercial dos Açores, destinado a premiar a Conduta Exemplar, a Excelência do Desempenho e a Sentida Vivência dos Valores do Banco.
- Em Dezembro de 2014, a convite da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, participou na Conferência “Pescas nas Regiões Ultraperiféricas”, onde fez uma apresentação no Parlamento Europeu sobre “Pescas nos Açores – Aspetos Económicos: Mercados”.



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the upper right corner of the page.



**9.**  
**RELATÓRIO E**  
**PARECER DO**  
**FISCAL ÚNICO**

**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

Senhor acionista,

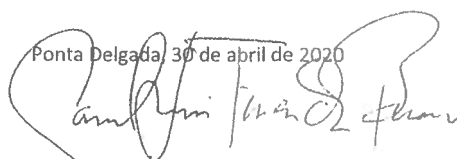
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais, exceto as matérias referidas na Certificação Legal das Contas com reservas emitida nesta data que faz parte integrante deste relatório.
5. A Entidade apresenta capitais próprios negativos e encontra-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Consequentemente, a concretização de medidas de reestruturação são necessárias em termos legais e financeiros para salvaguardar a continuidade das operações, sendo que esta permanecerá fortemente dependente da capacidade do acionista

disponibilizar os fundos necessários para que a liquidação dos passivos financeiros ocorra pelos montantes e nos prazos contratualmente estabelecidos e, complementarmente, pelo apoio das instituições financeiras na renovação e reforço das linhas de crédito. Salientamos, também, que se deverá publicar a existência de perda de capital de acordo o estabelecido no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e
  - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2020



**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



*Handwritten signature*

# 10. CERTIFICAÇÃO LEGAL



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 8.177.348 euros e um total de capital próprio negativo de 5.227.615 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 481.435 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CATARINA - Indústria Conserveira, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Ponderando a antiguidade e os riscos de crédito associados aos saldos das contas a receber, verificámos que existem alguns devedores com dificuldades de cobrabilidade que não foram alvo de reconhecimento de perdas por imparidade em períodos anteriores no montante estimado de 660.000 euros em 31 de dezembro de 2019.
2. Como indicado na Nota 10, foi constituída em períodos anteriores uma perda por imparidade no montante de 150.000 euros que, com base nas análises sobre a utilização ou recuperabilidade futura de alguns itens dos inventários, nomeadamente daqueles que apresentam uma baixa rotação ou estão mensurados acima do seu valor de realização, deveria ser reforçado em 100.000 euros para cobrir a totalidade dos produtos acabados que estimamos que estão sobrevalorizados face ao seu valor previsível de realização.
3. Conforme referido nas notas 8 e 14, a Entidade procedeu em 2013 ao reconhecimento de marcas geradas internamente, valorizando as mesmas com base num estudo de avaliação realizado por um entidade independente. Tendo em conta que este procedimento contraria as disposições das normas contabilísticas e de relato financeiro, consideramos que os ativos intangíveis, os capitais próprios e os passivos por impostos diferidos estão sobreavaliados em 242.400 euros, 201.677



euros, 40.723 euros, respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

As demonstrações financeiras preparadas em referência a 31 de dezembro de 2019 apresentam capitais próprios negativos de 5.227.615 euros, os quais contemplam um reforço do acionista único de 14.920.729 euros sob a forma de prestações acessórias e, neste quadro, é aplicável à Entidade as disposições dos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme divulgado no relatório de gestão, a capacidade da Entidade de operar em continuidade dependerá da rentabilidade futura das suas operações e da realização dos ativos que podem ser adicionalmente afetados pelos efeitos da gravidade e extensão da pandemia COVID 19 e, sobretudo, da capacidade do acionista único continuar a disponibilizar os fundos necessários para ser capaz de proceder à liquidação dos passivos financeiros dentro dos prazos contratualmente estabelecidos e, conseqüentemente, se possa considerar apropriado o princípio de continuidade adotado na preparação das demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2020.

**UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

